

# PORTUGAL democrático

NESTE NÚMERO:

- \* Um certo patriotismo — Pág. 8
- \* Delgado não vem ao Brasil — Pág. 4
- \* A "Ordem" Salazarista — Pág. 4
- \* O Natal do preso político — Pág. 5

ANO II — N.º 17

SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1958

Cr\$ 3,00

E DEPOIS DE SALAZAR ?

## Com os olhos no futuro

Por Miguel Urbano Rodrigues

Se o desejo de ver derrubada a ditadura é comum à quase totalidade dos portugueses, mentiríamos se afirmássemos que existe algo parecido com unanimidade quando se põe o problema do futuro. O amanhã político de Portugal aparece carregado de nuvens e interrogações. Muito pouco, quase nada há de concreto e estruturado que sirva de ponto de partida para as soluções que será mister adotar na hora própria.

Deve-se isso a dois fatores principais. Em primeiro lugar, ao silêncio imposto pela censura que impede o livre debate dos problemas. Um dos argumentos mais comuns dos turiferários do regime é a decantada vacuidade dos programas dos seus adversários. Argumento, aliás, risível. Como poderiam eles apresentar algo de positivo e acabado se os mantêm calados à força durante anos seguidos, para apenas lhes tirarem a mordaza durante os dias fugazes que precedem as farsas eleitorais? Os homens entendem-se falando entre si, trocando idéias, não se adivinham. Num país onde toda a atividade política que não se cinja à apologia do regime é considerada como atentado contra a segurança do Estado, que papel criador está ao alcance das forças oposicionistas? Nenhum, é evidente. As grandes realizações políticas, econômicas e sociais não nascem feitas. Bastanos lançar um olhar para o que vai pelo mundo para verificarmos o abismo que medeia entre a teoria pura e a prática, entre a concepção ideológica e o seu ajustamento às características peculiares desta ou daquela comunidade. Marx e Engels teriam dificuldade em se reconhecer como pais espirituais do sistema hoje vigente na União So-

viética, da mesma forma que a um José Antonio Primo de Rivera custaria a perceber como o seu poético falangismo se transformou, com o tempo, na bandeira da Espanha fascista de Franco.

Não podendo expor idéias, discutí-las e ensaiar a sua aplicação que pode a Oposição fazer de criador e de útil? Ao policiamento das consciências acresce ainda o fato da luta contra a ditadura exigir de todos uma entrega tão total que, no espírito da grande maioria dos intelectuais, a idéia do amanhã se esfuma ante a premência dos problemas da hora que passa. Assim, quando o Homem Forte autoriza um breve e filtrado diálogo com o Povo, o esforço das camadas pensantes orienta-se no sentido da crítica, no apontar das negociatas e escândalos e na revelação das injustiças sociais, em obediência ao objetivo fundamental sem o qual toda a doutrinação seria trabalho perdido: a queda do Estado Corporativo.

Alguém de nós, contudo, que chegou o momento de se formular a pergunta que acode aos lábios de toda a gente: e depois? O Estado Novo está mortalmente doente. A própria Igreja, que através do apólo aberto da hierarquia do clero tem sido o seu mais fiel sustentáculo

princípio a afastar-se dele, nauseada, como se depreende desse notável documento que é a carta do bispo do Porto ao sr. O. Salazar.

E depois? Que será possível fazer-se no dia em que Portugal se encontrar do lado de lá do túnel da escuridão? Como acima dizemos nada de orgânico existe que responda, mesmo insatisfatoriamente, à pergunta. Tão grandes foram os erros da ditadura, tão profundo o seu trabalho de destruição que a mudança de rumo terá de ser drástica. A Nação, politicamente, terá de partir da base zero. As dificuldades de uma tal empresa, já de si enormes, são acrescidas pela circunstância da humanidade ter evoluído, no último quarto de século, num sentido tal que não foram apenas as velhas concepções políticas que ficaram desatualizadas mas a própria forma de pensar e de encarar a fenomenologia política. Nada poderia, por exemplo, ser mais prejudicial para nós do que o regresso ao sistema demo-liberal no figurino de antes de 1926, com um parlamento que seria uma autêntica manta de retalhos. O exemplo de uma França que marcha aceleradamente para o fascismo, a

(Continua na pág. 6)

## 5 de outubro de 1958

*É preciso que tragam a bandeira!  
É preciso que alguém vá até ao fim da noite  
e desenterrar a bandeira.  
Se já não tiver mãos  
que rasgue a terra com os dentes  
mas que traga a bandeira!  
Se já não tiver dentes.  
que afunde os olhos nessa terra  
e lhe arranque a bandeira  
que nela está sepulta!  
É preciso que os tambores anunciem a chegada da bandeira!  
Se não houver tambores  
que os mortos se alevantem  
e façam rufar seus ossos  
em som altíssimo à passagem da bandeira!  
Iluminem, iluminem o caminho da bandeira!  
Se as nuvens de baionetas forem trevas no caminho da bandeira  
que incendeiem a noite com as pedras da rua  
mas que haja luz à passagem da bandeira  
para que os olhos vazados vejam a bandeira  
para que as bocas rasgadas cantem a bandeira  
para que as algemas caiam à passagem da bandeira!*

Carlos Maria de Araujo

### UM DOCUMENTO HISTÓRICO

## O Bispo do Porto critica violentamente o regime

Publicamos, a seguir, o texto da carta enviada em julho passado pelo bispo do Porto D. António Ferreira Gomes ao sr. Oliveira Salazar. Esse documento, de importância

excepcional, como se assinala no nosso editorial, foi reproduzido na íntegra pelo grande jornal paulista "O Estado de S. Paulo" e transcrito em grande parte no "Jornal do Brasil".

"Exmo. Senhor Presidente do Conselho. Excelência:

Cumprimento, antes do mais, agradecer a v. exa. o ter manifestado a boa disposição de me ouvir. Na verdade, estando eu, na ocasião das eleições, legitimamente ausente em Barcelona, a deslocação a Portugal, que se me pedia, por forma tão extraordinária e pública, não poderia deixar de considerar-se propaganda da situação, visto que, nas condições das duas candidaturas, sem falar sequer na posição ideológica de quem me pedia, era praticamente voto aberto. Isto tinha, talvez, menos importância; o que a tinha máxima era o caráter plebiscitário que se tem dado às nossas eleições, caráter que eu procurei fazer compreender ao grupo de pessoas que se me dirigiu e que, depois, v. exa. publicamente reconheceu. Em tais condições e forçado a ser, diametralmente ao contrário do meu desejo, uma bandeira, eu não podia deixar de fazer uma declaração de voto. Como a não deveria fazer ao público, requeri fazê-lo a v. exa. Acho porém preferível enviar primeiro, por escrito, os pontos fundamentais dessa minha declaração, a fim de poder ser útil a nossa conferência. Quero, sobretudo e antes de tudo, acentuar que aquilo que se põe à minha consciência é um problema diretamente da Igreja. A grande e trágica realidade, que já se conhecia mas que a campanha eleitoral revelou de forma irrefragável e escandalosa, é que a Igreja em Portugal está perdendo a confiança dos seus melhores. Não direi se este processo está em princípio, no meio ou perto do fim; o que é evidente é que tal processo está em curso, por mim penso que muito e muito adiantado. Apresentarei apenas dois fatos, que, podendo servir de símbolos, são já de si

(Continua na 2.ª pág.)

## Que resta ao solitário?

Raras vezes experiência política principiou entre perspectivas tão promissoras como que aquela a que os teóricos do Estado Novo chamam de Revolução Corporativa. Uma situação internacional auspiciosa, com o fascismo ditando leis ao mundo, e uma posição interna calma, com o regime apoiado pelos principais estímulos do arcabouço político nacional — o Exército, a Igreja e a Plutocracia, permitiam a Salazar prever o maior êxito na aplicação da teoria política que informa o seu pensamento.

Trinta e dois anos de poder — o mais longo período de governação de qualquer estadista moderno, um dos mais longos de toda a História — e a adesão das "forças vivas" do país, deveriam ter bastado ao "estadista genial" para mostrar ao mundo como se transforma uma nação.

Pois bem, após esses trinta e dois anos de governo, se a auto-suficiência que o caracteriza lhe permitisse olhar o panorama que o circunda, Salazar veria um país transformado, realmente, mas para pior, e um caminho vazio, que ele se obstina em percorrer sozinho. Dos seus aliados de ontem, das forças que o acompanhavam, já bem poucos estão a seu lado. A política estreita do "guarda-livros de Santa Comba", vem alienando as últimas simpatias que lhe restavam. A Igreja portuguesa, apontada unanimemente como um dos pilares do regime, começou reagindo contra esta classificação incômoda, pela voz dos seus mais autorizados dirigentes. O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, prosseguindo numa tradição de liberalismo que permitiu ao seu Bispado contribuir com algumas das mais belas páginas para a História de Portugal, acaba de dirigir uma carta ao chefe do Estado Novo, na qual delimita bem as posições respectivas da Igreja e do Governo, repudiando qualquer cumplicidade com o regime apodrecido. É para este documento, um dos mais importantes do atual momento político português, que hoje chamamos a atenção dos nossos leitores. Trata-se de uma análise arguta e extremamente bem informada da situação do nosso país. E essa análise, desapaixonada e serena, com o equilíbrio de uma calma exposição de fatos, transforma-se, exatamente devido à tremenda força explosiva das ocorrências apresentadas pelo bispo do Porto, no mais incisivo libelo contra o regime de Salazar.

Que resta agora ao solitário, perdido o apoio da parte sã do Exército, como se verificou por ocasião da candidatura Humberto Delgado e desfeita a aliança com a hierarquia católica, como se depreende da carta de D. António? Resta-lhe apenas a má companhia dos aproveitadores, a triste união com os mais débeis, o medonho conúbio com os mais corruptos. Orgulhoso, teimoso, implacável, até onde irá este homem, no seu caminho de solidão? Até que abismos levará ainda o nosso pobre país?



## O Homem sem Medo

O Homem sem medo. Alguém assim lhe chamou quando ele proferiu as verdades que acudiam aos lábios de milhões de portugueses mas que ninguém se atrevia a enunciar. O nome ficou. Encerrada a farsa eleitoral que terminou com a nomeação do abulico almirante escolhido pelo sr. Salazar, o general continuou a ser o Homem sem medo. Nesta hora em que os portugueses espalhados pelo mundo festejam a data inesquecível do 5 de Outubro, Humberto Delgado é bem o símbolo da coragem e da resistência, o soldado que representa a ânsia de libertação de um povo amordaçado e humilhado.

# “O que me parece trágico é que as tensões sociais e políticas estão a subir perigosamente”

(Continuação da 1.ª pág.)

realidades enormes. No Minho, coração católico de Portugal, onde se pensava que bastaria sempre o abade dar o almiré e todos cantavam imediatamente no coro, no Minho católico, mal os padres começaram a falar de eleições, os homens, sem se importarem com o sentido que seria dado ao ensino, retiraram-se afrontosamente da igreja. Nas juventudes da Ação Católica, onde tanto se quis dizer que os padres andaram a lançar inquietações e dúvidas, os dirigentes mais responsáveis saltam fora dos quadros e da disciplina, para manifestarem a sua inconformidade e desespero, fugindo ao conhecimento dos assistentes (que, apesar de tudo, lhes aconselhavam paciência). São os dois polos, o da tradição e o da recristianização: do que fica no meio facilmente se poderá julgar.

**“Pedimos a Deus que nos dê força e constância para aprontarmos a compreensão e mesmo o martírio pela causa da verdade e da justiça”**

Está-se perdendo a causa da Igreja na alma do povo, dos operários e da juventude; se esta se perde, que poderemos esperar da sorte da nação?

Como meio único de salvação, querem que cerremos fileiras em volta do Estado Novo: E apontam-nos os dentes das feras, que já se aguçam, e previnem-nos contra o masoquismo do martírio e lembram-nos os frades espanhóis que votaram pela república em lista aberta... tudo isto para que as ovelhas se congreguem em volta do pastor. Não me compete examinar nem discutir todos estes conselhos enquanto dirigidos aos cidadãos portugueses; mas cumpre-me examiná-los e julgá-los enquanto dirigidos aos fiéis da Santa Igreja, como tais e insistentemente como tais. Temos obrigação de pedir e realmente pedimos a Deus que nos dê força e constância para afrontarmos a compreensão e mesmo o martírio pela causa da Verdade e da Justiça. Mas poderemos traduzir esta imediatamente em termos de Estado Novo?... Ou, em atitude aparentemente contrária, abrigarmo-nos à sombra da “*pax augusta*” do Estado Novo, haja o que houver com a Verdade e com a Justiça?... Como terei de dizer que não, identificador as duas causas, e como discordar em geral da Situação é discordar de v. exa., permita-me que apresente aqui umas recordações pessoais.

\* \* \*

Há trinta anos estava eu em Roma, sob o esplendor do sol ascendente do fascismo, então quase sem manchas. Embora sob a maior revolta íntima, tínhamos de cor a nossa qualidade de portugueses. Isto todos o dizem, mas eu senti-o pessoalmente, por exemplo, quando apresentei uns escudos para cambiar num grande banco e o empregado ordinário chama um superior e este folheia um *dossier* em que se registravam notas falsas, notas retiradas etc. e acaba por decidir: — não nos interessa a operação. Num jornal humorístico, Portugal aparecia mendigando à porta da S. D. N. e obtinha esta resposta: aqui não se entra “a la portuguesa”!

Lembro bem a comoção e o entusiasmo, o sobressalto de esperança com que acompanhamos os inícios da carreira de v. exa.; mais que para todos, era para nós, afastados da Pátria, uma espécie de resgate e reabilitação perante o estrangeiro desprezador. Devo

conservar ainda alguns um saço de papel em que religiosamente ia guardando cada palavra de v. exa., ou cada referência que lhe era feita. Além de tudo o mais que sentíamos como portugueses, acrescia que, sendo v. exa. para além da sua competência profissional, apenas conhecido pelas suas atividades no campo católico, era uma espécie de oferta que a Igreja fazia à Pátria num momento crucial. Pois não diminuíu a minha estima e respeito pela personalidade de v. exa., nem a minha admiração pela sua inteligência. E, no entanto...

**“Creio estar com a doutrina da Igreja ao discordar de doutrinas que, sendo do V. Ex., são da situação”**

Na tremenda crise nacional que a campanha das eleições pôs a nu, todos esperavam a palavra de v. exa., uns para se guiarem, outros para julgarem do momento. Ouvi e li, com o maior interesse, o discurso de v. exa. de 31 de maio. Enquanto trata das políticas externa e ultramarina e do problema económico, salvo pequenas diferenças, não pude senão admirar a lucidez do raciocínio e o bem fundamentado das posições. Quando, porém, cheguei ao problema social, tudo começou a ser difícil. Involuntariamente encontrei-me a fazer um exercício lógico (o qual depois seguí conscientemente) que consistiu em procurar a exata contraditória das posições expressas por v. exa., a fim de ver onde me devia situar. Pois confesso francamente que, despreendendo-me de cromatismos de sentido e cambiantes de expressão, que o próprio tom peremptório e às vezes enfático de v. exa. convidava a desprezar, me vi quase sempre obrigado a aderir à formal contraditória das afirmações do seu discurso. Posso errar, mas creio bem estar com a doutrina da Igreja (aqui não se trata de mera política, mas de filosofia política e de sociologia) ao discordar de doutrinas que, sendo de v. exa., são da situação. Permita-me v. exa. que, por me parecer da maior utilidade, eu alinhhe aqui algumas dessas oposições, o que farei, por brevidade, sem qualquer demonstração e com um mínimo de aclarações.

Aponta v. exa., entre as reivindicações de certa campanha, “a reclamação de ser reconhecido o direito de greve” e conclui terminantemente: “Aqui nos separamos”. Depois confirmaria v. exa. que “a greve é entre nós um crime”.

Tenho realmente pena, porque eles estão com a doutrina da Igreja, e num ponto que, tendo já deixado deter interesse de maior em vários países, na conjuntura político-económico-social do nosso é, infelizmente, da maior relevância.

— “Nós não aceitamos a idéia da incompatibilidade de interesses entre o patronato e o operariado, mas a da sua solidariedade permanente”.

**“Perante um qualquer problema de salários, de distribuição dos frutos do trabalho, das condições deste, ou de sua produtividade que terá a dizer em concreto a mera justiça legal?”**

Porém, se a oposição de interesses é, na base, a própria existência, e se a solidariedade só se pode pedir no vertice, quer da empresa, quer da profissão, quer da economia geral, mas com a condição das duas partes em presença terem iguais direitos e formas equivalentes de os realizarem!...

— Completa v. exa.: “Se uma incompatibilidade de momento põe as forças em risco de chocar-se, é necessário que o defensor do interesse coletivo arbitre a contenda de acordo com a justiça e o bem comum”.

Podia justificar a minha discordância aduzindo o princípio da complementaridade ou função *suptetiva* do Estado, válido como em tantas outras e ainda mais, nestas matérias económico-sociais; podia lembrar aquele outro princípio gravíssimo de filosofia social, de que “se cometera uma injustiça, ao mesmo tempo que se perturbaria seriamente a ordem social, se fôssem retiradas aos agrupamentos de ordem inferior as funções que esses agrupamentos esatriam em condições de exercer eles próprios” (Pio XI). Basta porém considerar — em aplicação, aliás, desses princípios — a impossibilidade ou inoperância de tal arbitragem.

Perante um qualquer problema de salários, de distribuição dos frutos do trabalho, das condições deste, ou da sua produtividade, que terá a dizer em concreto a mera justiça legal? Se nascem conflitos do estado de enervamento dos operários, do espírito despotico ou mesquinho do patrão, do atraso sociológico de uns e de outros, das crises de desenvolvimento duma industria, como se fará ouvir a voz do bem comum? Quando os melhores teóricos da economia — não vemos nós hoje incorporadas nas instituições certas coisas que ontem nos pareciam subversivas?... — quando, mesmo em abstrato, questões se apresentam cuja solução só se pode esperar do livre jogo das forças sociais, que poderá dizer o defensor do interesse coletivo, um pobre delegado do Instituto N. do Trabalho a essas mesmas questões postas na complexidade do concreto?!

Tomemos, por mero exemplo, as greves de abril em Espanha, que os jornais disseram provir duma exigência de redução de horas de trabalho (embora pareça que isto não é verdade). Logo se falou, parece que oficialmente, de comunismo. Mas não tinha o Papa, pouco antes, falado da perspectiva da diminuição do tempo de trabalho e das novas responsabilidades de aí emergentes para a Igreja e para a Sociedade?... Poderá o defensor do interesse coletivo dizer quando, como, em que atividades e por que caminho e progresso se vai operar esta evolução, sem dúvida justa e desejável? Mas, tanto sobre este como sobre os outros incontáveis problemas do que se chama precisamente questão social (que mesmo em Italia, depois de tantos esforços — lembrava Mons. Montini, ultimamente e sem receio de perturbar — não está resolvida nem ultrapassada), haverá que deixar de aplicar-se o princípio, que creio se ensina em todas as Universidades, de que o direito vem sempre no fim?! Será aqui, e só aqui, que a vida haja de esperar pelo direito, para começar a viver?! Ou, para usar conhecida expressão anedótica, deixará de ser verdade aqui que o direito (positivo, evidentemente) começa por não existir?!

— Mas v. exa. alarga ainda a perspectiva, põe frente a frente o liberalismo e o comunismo — parecendo excluir a possibilidade essencial dum terceiro — e, sob o ângulo do “interesse da coleti-

vidade” conclui que o comunismo, ao varrer das leis e da prática o livre jogo das forças sociais, “tem inteira razão”. Vários regimes de autoridade — o fascismo, confessadamente — se puseram em dialética com o comunismo, ou vieram a chegar evolutivamente a essa posição. Uma mentalidade comunista deve saudar tal fato, como realização precisa do seu programa e suas previsões — a síntese, provocada pela antítese.

Mas, na realidade em que aqui se incluem as questões fundamentais da liberdade e autoridade, da justiça e da ordem, da pessoa e da coletividade — e em boa verdade não vejo como afastar essas questões de perspectiva tão larga e de expressão tão categórica — nessa mesma medida tenho de pensar que o comunismo não tem razão nenhuma. E com a mesma lógica e pelos mesmos motivos, penso que o comunismo pode coincidir com certas incidências concretas da sociologia cristã, que lhe é anterior, sem que por isso haja razão ou vantagem em falar de filocomunismo ou criptocomunismo para lançar a divisão entre os cristãos. Parece que foi Durkheim quem disse que para muitos o comunismo era menos uma ciência do que um grito de dor. Por mim, vejo todos os inconvenientes em transijir com a ciência; mas não vejo vantagem nenhuma em afogar o grito de dor.

**“Não poderei dizer quanto me aflige o já hoje exclusivo privilégio português do mendigo, do pé descalço, do maltrapilho, do farrapão; nem sequer o nosso triste apanágio dos mais altas medias de subalimentados, de crianças enxovalhadas e exangues e de rostos pálidos (de fome, do vício?...”**

— “Nós não podemos perder uma hora de trabalho; nós não podemos diminuir o ritmo do nosso esforço...”

Parece-me que numa justa hermenéutica, estas palavras se devem tomar antes na sua tendência, que é de justificar a atitude que se vem defendendo, do que na sua materialidade de expressão. Como, porém, essa tendência vem já sendo objeto da minha discordância, permita-me v. exa. que me cinja por um momento ao conteúdo material que me assinala.

Apesar do meu feio sedentário, não tenho nos últimos anos recusado as oportunidades que se me oferecem de viajar pela Europa; e tenho-o feito ao rés da terra e da gente e com toda a possível atenção. Nem para isso seria necessário o conselho discreto de varios sociólogos, amigos de Portugal, que por delicadeza nem sequer me dizem as razões desse conselho. Não poderei dizer quanto me aflige o já hoje exclusivo privilégio português do mendigo, do pé-descalço, do maltrapilho, do farrapão; nem sequer o nosso triste apanágio das mais altas medias de subalimentados, de crianças enxovalhadas e exangues e de rostos pálidos (da fome? do vício?). Mas, particularmente no ponto preciso do trabalho e do seu ritmo, tenho colhido a impressão espontanea, que pode ser ilusoria mas não tem sido desmentida, de que em parte alguma, mesmo no Sul da Espanha ou da Italia, se nota como entre nós o ritmo lento do trabalho, um aspecto de de-

semprego larvado, a pequena diferenciação ou quase confusão entre as horas de trabalho e o tempo de lazer ou lazeira, como melhor se diria, com a voz do povo.

— “Nós não podemos admitir que o espirito de luta e o odio se enxertem onde só a cooperação amiga pode triunfar”.

É aqui que está toda a questão imediata. Se eu pudesse pensar que o espirito de luta e de odio não está a subir tremendamente e se não estivesse convencido que essa subida resulta de erros substanciais, podia decerto dormir tranquilo e continuar a vogar nas águas mansas e falazes duma paz exterior. Porém, o que me parece trágico é que as tensões sociais e políticas estão a subir perigosamente e, à falta da nossa preparação e iniciativa ordeira, podem ser de um momento para o outro desencadeadas por loucos, a beneficio de criminosos.

— “Não esqueçamos os egoísmos humanos, nem os abusos, nem mesmo a pobreza ou a miseria material ou moral daí possam derivar; digo que ha formas mais corretas e mais seguras de dominá-los, com beneficio geral”.

**“Os frutos do trabalho comum devem ser divididos com equidade e justiça social entre os membros da comunidade”**

Devo confessar que as não conheço, essas formas. Tenho procurado debruçar-me sobre a doutrinação do Santo Padre, o grande e imparcial observador (além do mais), bem como sobre o ensino dos bispos do mundo, primeiros e ultimos defensores da paz civica entre o povo cristão, e não tenho conseguido divisar que as soluções se apontem no nosso sentido. Tenho prestado sempre a maior e benevolenta atenção às palavras de v. exa. e às dos mais responsáveis expoentes da Situação e, em filosofia politica e sociologica, não tenho conseguido tranquilizar-me nem quanto à correção, nem quanto à segurança.

*“Todos estamos de acordo em que há dois problemas fundamentais, sem cuja solução não poderá haver paz social, sejam quais forem as aparências. O primeiro é que os frutos do trabalho comum devem ser divididos com equidade e justiça social entre os membros da comunidade, quer no ponto de vista dos indivíduos quer no dos setores sociais (e aqui podemos pensar especialmente na lavoura e na miseria do trabalhador do campo). O segundo é que, seja qual for o conforto ou riqueza que se atribua a um individuo ou a uma classe, nunca eles estarão satisfeitos enquanto não experimentarem que são os colaboradores efetivos, que têm a sua justa quota parte na condução da vida coletiva, isto é, que são sujeito e não objeto da vida economica, social e politica.”*

**“E quase fatal que o operariado veja, como vê, no Estado o aliado do patronato”**

Quando o xeame se impõe, parece que as criticas negativas do primeiro ponot são unanimes, quer elas partam de oposicionistas ou de situacionistas. Quanto ao segundo quase nem se fala, o que poderá talvez compreender-se por negatividade do primeiro barrar o caminho ao segundo. E, no entanto, e talvez a incompreensão para o segundo seja causa do que no primeiro é clamoroso e parece

## LEITOR DO BRASIL

PORTUGAL DEMOCRÁTICO vive do teu auxilio. Quanto maior êle for mais exemplares do nosso jornal chegarão à Metrópole e ao Ultramar.

# "O Corporativismo Português foi um meio de espoliar os operários do direito natural de associação"

inexplicável e insolúvel. Porquanto, na melhor das hipóteses, encontramos entre nós apenas o paternalismo patronal. Ora, é já hoje mais do que evidente que o mundo operário e o camponês não podem ser educados pelo patronato. Não podem nem querer; e temos de lhes reconhecer razão, por mais que desejemos e preguemos o bom sentido social dos patrões, que por essa compreensão exatamente devia começar. E nem será necessário para isso lembrar como muitas vezes essa "educação" facilmente se transforma em "ensino" e depois em "ensinadela". Patrões muito "bons" e muito "católicos", com toda a naturalidade nos falam esta linguagem, a nós bispos, como se nós houvessemos de aprovar autênticas declarações de guerra social. Se a não podemos aprovar do lado menos responsável, havemos de aprovar do lado mais capaz, mais obrigado e mais responsável?! Que o Estado venha educar ou "ensinar" os trabalhadores é também do maior melindre. Não seria preciso vivermos numa época de "suspeição ideológica" para que os operários desconfiassem do favor; na situação presente é quase fatal que o operariado veja, como vê, no Estado o aliado do patronato.

Mas será realmente o Estado uma sociedade "docente"? Parece que em todo o mundo não-totalitário essa noção errada desaparece, com grandes vantagens em todos os domínios, principalmente no do trabalho.

— "O pior é pensar-se que se pode realizar qualquer política social com qualquer política económica; que se pode erguer qualquer política económica com qualquer política financeira..."

Parece que nestas palavras se estabelece um nexo lógico entre os êxitos evidentes da política internacional e ultramarina e uma política social em discussão; que este seria o preço da grandeza nacional. Embora me pareça discutível, em varios aspectos, tanto aquela ligação como o volume e a aplicação deste preço, não haverá necessidade de especial exame sob este ângulo. — Parece porém da maior vantagem considerar a hierarquia de valores sobre que se tem vivido e que nesta passagem se estabelece formalmente. Não há que discordar dela, sob o aspecto material; sob o aspecto formal, porém, creio achar-se aqui a causa principal das nossas dificuldades. E nem sequer irei para o raciocínio, que se poderia chamar metafísico, segundo o qual nunca o humano se poderá sacrificar ao material; e, no entanto, isto é não só verdadeiro, mas da melhor filosofia política e intimamente sentido pela consciência, embora turva da multidão.

Mas consideremos apenas o concreto dos efeitos e da situação. O presidente Kubitschek de Oliveira confiou há pouco à imprensa que v. exa. numa conferência de duas horas tentou convencê-lo de que, como base da modernização do Brasil, devia estabelecer uma moeda sã. Acrescenta, porém, que resolveu não seguir esse conselho, porque se tal fizesse começariam o descontentamento, as inquietações e a revolução. Quando vemos o estado de espírito revolucionário, entre nós, poderemos deixar:

de pensar nas razões — que podem não ser a razão — do presidente do Brasil?

... isso, porém, não impediu que se estabelecesse e fechasse o que podemos chamar o ciclo da miséria".

Posso errar e quase admito que deva errar, porque estou, neste ponto, fora da minha competência; mas não posso furtar-me a pensar que a fonte material dos males nacionais se pode encontrar na rigidez da escala de valores adaptada e mantida. Uma coisa, que era necessária e foi maravilhosa até politicamente, no princípio, na era do resgate, pesou tremendamente na era que v. exa. chamou, se bem me recordo, do engrandecimento. Um financismo à outrance (operando aliás pela compressão dos preços, contra o aumento da circulação fiduciária), invertido num economismo despotico, atuando dentro duma socialidade cujos erros venho procurando apontar, não podia deixar de resultar e resultou efetivamente (com exceção do período inicial dos abonos de família) em benefício dos grandes contra os pequenos e finalmente na opressão dos pobres. Não esqueço as grandes possibilidades de trabalho que o Estado e as grandes empresas criaram; isso, porém, não impediu que se estabelecesse e fechasse o que podemos chamar o ciclo da miséria. Falando assim, eu não quero tomar partido pelos excessos de socialismo ou pelo descalabro financeiro, apenas não posso deixar de pensar que na ação política, como em tudo e mais que em tudo, a virtude está no meio e que, se o equilíbrio financeiro é ótimo, nunca deve deixar de estar ao serviço do homem, porque, aliás *corruptio optima pessima*. Não perco de vista as dificuldades, ansiedades e perigos que as más finanças oferecem por esse mundo; mas parece-me que, através de tudo, se procura salvar um princípio verdadeiro; que as finanças são o primeiro servidor e não podem ser, senão excepcional e transitoriamente, o senhor da Nação. (Como o dinheiro, para o homem individuo...). Mas reconhecendo que devo ser incompetente nesta matéria, peço para notar apenas a advertência — e só como advertência — Kubitschek de Oliveira...

"... o problema essencial não é diretamente a defesa da Igreja, mas da ordem civil e social".

"E não se receie pela formação de partidos".

Todos os oradores da União Nacional insistem no esquema político de 1926 e v. exa. emprestou-lhes a sua imensa autoridade, anteveendo os varios partidos e mesmo o da "democracia cristã", visto haver quem julgue que em tais condições por esse caminho mais assegurada fica a defesa da Igreja. Podia dizer, sobre este ultimo inciso, que o problema essencial não é diretamente a defesa da Igreja, mas da ordem civil e social; e penso mesmo que a maior necessidade dos católicos é ultrapassar a mentalidade do Centro Católico, que cada vez mais se torna uma mentalidade de catacumba ou mesmo de *gheto*, da qual a Igreja já só pode esperar um "amor de perdição".

Mas falemos diretamente das previsões políticas. E aqui, mais uma vez insisto que me cabe naturalmente errar, e até por duas razões: primeiro porque estamos a predizer o futuro, que é ofício que Deus não gosta de confiar a

outrem, como disse Péguy: segundo, porque, tratando-se de política concreta, estou fora da minha competência, visto que essa não é mister da Igreja, embora o seja dos católicos. Não posso, contudo, furtar-me a pensar que o esquema mental que se adota e segue é inteiramente inadequado. Trinta e dois anos não deviam ter passado e não passaram em vão. A nossa perspectiva é muito mais grave do que essa balburdia sempre ridícula e, às vezes, sanguinolenta. O que está diante de nós é a ameaça imediata dum tremenda irrupção anarquico-social-comunista; e todo e todo o nosso problema é saber se as forças da civilização, hoje claramente forças do cristianismo, serão capazes de a aguentar no seu embate. Parece que tudo está a trabalhar, sobretudo da nossa parte, para preparar a derrota.

"... sinto ter de pensar que não estamos a caminhar, a não ser do avesso".

V. Exa. insiste em que a política não tem futuro, mas sim a necessidade de governar. Concorro, mas precisamente no sentido de que a política vai submeter-se à sociologia. E aqui estão bem desenhadas duas frentes, perante as quais todas as divisões pessoais, grupais e partidárias, com nomes ou sem nomes, perdem a importância. Por outras palavras: se haveria partidos, e o comunismo vencesse não mais haveria partidos, e o comunismo só não vencerá se conseguirmos unir a frente cristã (com um ou varios nomes) numa verdadeira sociologia cristã. Nem sequer recuso a possibilidade de um dia as duas frentes se unirem (sem exclusão, é claro, das diferenças, quero dizer dos *diferenda*, pessoais ou profissionais) e isto será à ordem corporativa da sociedade. Mas vejo isso tão longe de nossa "ordem" presente, que a verdadeira esperança corporativa parece estar apenas em que os países chamados democraticos ou socialistas, sem o dizerem nem talvez o sabermos, avancem nesse caminho ou desenham essa tendencia. Quanto a nós, apesar das aparências e da urgencia — "nos próximos seis meses" — sinto ter de pensar que não estamos a caminhar, a não ser do avesso. Por menos democratico ou por mais anti-partidario que se seja, não pode esquecer-se legitimamente aquele *consensus*, aquela idéia constitutiva dum povo que é, para Cícero, o proprio sentimento inato da massa popular de estar unida *iuris consensu et utilitatis communione*, o que Santo Agostinho transferiu para a mentalidade cristã na tradução: *populus est coetus multitudinis, verum quae diligit concordiam ratione sociatus*. Poderá dizer-se que o povo português ama o corporativismo, como o vê e o sente, *concordiam ratione*?

"Assim, por exemplo, é evidente que o problema total de hoje é o do coletivismo".

Mas devo encerrar esta análise, para mim dolorosa por muitas razões e até por me revelar a mim proprio um desfazimento com o pensar de V. Exa. que não tinha ainda apreendido como tão profundo. Insisto em que tudo isto é para mim um problema de Igreja, um problema "profissional" de bispo. Reconheço sem duvida que se torna um tremendo problema da Nação; mas só depois de problema de Igreja.

E isto sob qualquer angulo que encare o assunto. Assim, por exemplo e *ad abundantiam*, é evidente que o problema total de hoje é o do coletivismo, isto é, o da relação pessoa — Estado. Ninguém querará ignorar que nesta relação transcendente está profundamente empenhada a doutrina e a vida da Igreja. No caso português, neste caso unico na nossa historia, a extraordinaria personalidade de v. exa. impunha um esforço igualmente extraordinario para que esse personalismo se não transformasse em estatismo. Não sei se tal esforço existiu; todos sentem que não foi eficaz. Talvez em Portugal ninguém tenha chegado a expressar aquele conceito que se formulou no país vizinho de que o Estado é o exorcismo da Nação (mas acontece até, por vezes, que certas enormidades é melhor expressarem-se, para se efetuar a necessaria catarse, e deixarem de ficar a dominar o subconsciente). Acontece, porém, que, numa continua potencialização da velha democracia, o Estado, que nem sempre estará bastante presente naquilo que é propriamente seu, está sumamente presente naquilo que só supletivamente é seu, como na educação e na assistencia, para não falar da economia e na sociologia. E isto, enquanto relação transcente personalismo-estatístico, é um problema da Igreja. A Igreja não pode pensar nem viver com isto.

Problema da Igreja é igualmente o corporativismo. A Igreja "comprometeu-se", não com o Estado corporativo, mas com a ordem corporativa da sociedade. E bem sabemos, entre nós, como do respectivo Ministério se quer "comprometer" a Igreja na sua doutrinação e ação. Ora o caso português, sob este aspecto, parece-me ser esquematicamente o seguinte: Em 26, o sindicalismo português caminhava precipitadamente para o bolchevismo. O proprio Bento Gonçalves regista que já o Poder se aliava às massas, por ele comandadas, contra a policia e o exercito. Por isso a Nação se levantou num legitimo e pacifico movimento de salvação publica.

"... a organização profissional não podia ser mais do que (temos de empregar a palavra) um açmo..."

Havia, porém, que libertar o operariado da condução e do despotismo comunista (e isto em pleno direito "democratico", porque aquela condução era dolo dum parte e engano da outra), facultar-lhe a maxima promoção humana e permitir o processo dum autentico, são e autodirigido sindicalismo, em ordem à integração social progressiva e voluntaria. Para isso muitas coisas eram precisas, mas sobretudo que a Administração assumisse as responsabilidades e mesmo o odioso que lhe compete e deixasse à organização profissional a autodeterminação que lhe é essencial e a simpatia benéfica que lhe era indispensavel na infancia. Em vez disso achou-se melhor, através da organização da economia e do trabalho, "estabelecer uma vida coletiva de que resulte poderio para o Estado...", e para isso, naturalmente, privar a organização profissional operaria de qualquer meio efetivo de conseguir novas condições de trabalho ou quaisquer outros benefícios. Evidentemente, porque benéfico só o Estado ou a Administração; a organização profissional não

podia ser mais do que (temos de empregar a palavra) um açmo... Isto é a lei; nem sequer falemos da pratica e ainda menos dos desvios, que se tornam logicos. Seria também longo analisarmos uma arquitetura legal e organizativa que, oscilando entre o geometrismo e o barroquismo, é sobretudo errada como projeto e lançamento; armação patronal dum lado, armação operaria do outro; e ao meio sempre o Estado, como coxim unico amortecedor de choques, que parecem considerar-se inevitáveis e insanáveis, a não ser por benefício do Estado e talvez até que este convença uns e outros da sua "solidariedade permanente"...

Temos de ser francos, talvez brutais; o corporativismo português, como outros já passados, foi realmente um meio de espoliar os operários do direito natural de associação, de que o liberalismo, em 91, os privara, e que tinham reconquistado penosa e sangrentamente. E a isto se chama corporativismo; e com isto se quer comprometer, e na verdade se comprometeu, inutil mas terrivelmente, a Santa Igreja. Isto é pois um problema de Igreja...

Podia continuar a mostrar como tudo é ainda um problema da Igreja na alternativa que se quer impor — ou isto, ou o comunismo (mas não há uma doutrina social cristã?) — na dialética entre economismo de base financista, e humanismo, ao serviço da-quele, na posição de certo nacionalismo, etc., etc.

Apontando, porém, ao fim deste longo e enfadonho mas necessario arrazoado, tenho ainda de frisar um novo aspecto deste problema da Igreja, aspecto universal e onipresente, que a muitos infelizmente parecerá uma questão adiafora e impertinente. Disse v. exa. que com a liberdade nada se pode fazer e que a docilidade do povo português representa um grave perigo para a estabilidade politica e social; disse antes que de algum modo a essencia do regime estava nos seus serviços e prestações sociais. Eu não quereria abusar do sentido das palavras, mesmo postas por forma tão absoluta e categorica. Como porém nas primeiras se parece ao menos afastar a liberdade de formação da opinião publica — talvez isso esteja já no preceito constitucional de impedir a "perversão da opinião publica na sua função de força social", mas então tem de pôr-se em causa a Constituição — e a possibilidade de chamar o povo à consciencia da sua idoneidade para a condução da coisa comum, e como nas segundas se parece reduzir a vida politica à Administração, tendo em conta (e creio não ser injusto) que esta é toda, ou quase toda, a ideologia pratica da situação, não pode deixar de concluir-se que o homem não tem que pensar ou realizar-se politicamente, que o cidadão português não precisa de ter dimensão politica. Ora, a Igreja não pode impor esta doutrina a ninguém, decerto nunca a seus filhos, a quem não deseja uma *diminutio capitis*.

"Mas se se pretende que obrigemos ou animemos os católicos a serem nacionalistas, mesmo com adjetivo, que autoridade nos fica para os impedirmos de serem progressistas..."

Bem sei que está aí a União Nacional "aberta a toda gente". Mas, sem pensar em quaisquer desvios ou na degenerescencia em partido, temos de admitir o dilema: ou bem que a U. N. não tem

(Continua na pág. 7)

LEITOR DA METRÓPOLE  
"PORTUGAL DEMOCRÁTICO" é uma tribuna ao serviço da liberdade. Promover a sua expansão é prestar um serviço à causa de todos nós.

Rubem Braga escreve:

## PAPEL FORTE

Deu ontem o "Jornal do Brasil" o resumo de uma carta que d. António, Bispo do Porto, mandou ao sr. Oliveira Salazar. É o que no tempo de Vieira se chamaria um "papel forte": reduz a pouco menos que nada as glórias do famoso e eterno presidente do Conselho.

Começa dizendo que a Igreja em Portugal está perdendo a confiança dos melhores. No Minho, mal os padres começaram a falar em eleições, "os homens... retiraram-se afrontosamente da igreja", e nas juventudes da Ação Católica "os dirigentes mais responsáveis saltam fora dos quadros e da disciplina para manifestarem a sua inconformidade e desespero". Há "uma tremenda crise nacional que a campanha das eleições pôs a nu".

Um dos argumentos pró-Salazarismo é a força da moeda portuguesa, mas isso não chega a encantar o Bispo: "um financismo à outrance... invertido num economismo despótico... resultou efetivamente (com exceção do período inicial dos abonos de família) em benefício dos grandes contra os pequenos e finalmente na opressão do pobre. Não esqueço as grandes possibilidades de trabalho que o Estado e as grandes empresas criaram; isso, porém, não impediu que se estabelecesse e fechasse o que podemos chamar o ciclo da miséria".

E mais adiante: "Temos de ser francos, talvez brutais: o corporativismo português, como outros já passados, foi realmente um meio de espoliar os operários do direito natural de associação, de que o liberalismo, em 91, os privara, e que tinham reconquistado penosa e sangrentamente".

Em outra passagem diz o Bispo parecer que a Portugal cabe na Europa "o já exclusivo privilégio do mendigo, do pé-descalço, do maltrapilho, do farrapão e do nosso triste apadrinhado das mais altas médias de subalimentados, de crianças enovalhadas e exangues e de rostos pálidos (de fome? de vício?)".

Esta é a ordem, estas as boas finanças que Salazar deu ao seu povo: miséria crônica e sem horizontes e absoluta impossibilidade de reivindicação e reação. A polícia abafa tudo. Já agora há sinais — a carta do Bispo do Porto é um deles, e forte — de que essa estúpida e mediocre ditadura marcha para o fim; e já vai tarde!

(Do Diário de Notícias de 23-9-1958)

## Coimbra não quer Salazar

De um correspondente especial)

Coimbra, Setembro — A Lusa-Atenas também resiste com todo o seu coração ao regime da força. Depois da trágica farsa de 8 de Junho, a esmagadora maioria dos combricenses sente-se mais do que nunca lograda e reage, num movimento de instintivo repúdio, contra a asfixia que vem tomando não só os melhores órgãos da cidade, mas também aquele em que sempre depositou todo o seu orgulho e toda a sua esperança: a multi-centenária Universidade.

Diversos exemplares do "Portugal Democrático" chegaram a esta cidade e se, infelizmente, não tiveram a ampla repercussão que mereciam, em virtude da repressão policial, nem por isso foram lidos com menos entusiasmo pelos democratas da região. Aproveitamos o ensejo que se nos oferece para, através das colunas do próprio "Portugal Democrático", pedirmos a todos os beirões residentes no Brasil que, por todos os meios ao seu alcance, façam chegar até aos seus parentes e amigos que aqui vivem os futuros números do único jornal português que não está submetido à chancela infamante da censura salazarista.

...

Coimbra não poderá esquecer as horas de entusiasmo que viveu por ocasião da última campanha eleitoral e da recepção verdadeiramente triunfal que prestou ao general Humberto Delgado, o homem que, saboteado nas urnas, tem, no coração da maior parte dos portugueses, o lugar de autêntico presidente.

A ação do coronel Magro Romão continua a ser comentada. Deve ser hoje um dos homens mais odiados de Coimbra, em virtude da maneira cruel e sanguinária como desonrou os seus galões de oficial de um Exército que certamente, na hora própria, não deixará de o expulsar das suas fileiras por indignidade. Foi, com efeito, o comandante do batalhão de Metralhadoras n.º 2 quem, na altura da visita do dr. Arlindo Vicente saiu para a rua — num desrespeito inéquivoco pelas instruções do comandante da Região Militar — e, juntamente com alguns militantes fascistas e diversos soldados torpemente fludidos quanto aos objetivos pretendidos a fim de espancar o Povo que, nas ruas de Coimbra, aclamava o candidato à eleição presidencial. Este gesto ignóbil provocou tal onda de indignação em toda a cidade que, quando o general Humberto Delgado, veio, por seu turno, a Coimbra, foram os próprios oficiais da guarnição que o impediram de repetir a fa-

canha — por nojo e também pelo receio das consequências da nova e cobarde agressão do sanguinolento coronel.

Magro Romão não desceu de novo à rua, mas ameaçou no "Café Arcádia": "Ainda espero não morrer sem ver enforcados nos candeeiros de Coimbra 50 patifes da oposição". Estas palavras provocaram incoerente indignação em toda a cidade e dessa indignação se fez eco o insuspeito jornal combricense "O Despertar", que escreveu, então, o seguinte: "É uma afirmação violenta, com raízes que parecem mergulhar no ódio, maguando a nossa sensibilidade e formação cristãs, obrigando-nos a classificar mal quem publicamente a profere. É de todos os desabafos aquele que tem de ser banido, que outros igualmente áspers, podem pensar... A força? Só a palavra enerva...".

Não queremos concluir a nossa carta breve para "Portugal Democrático" sem traçar resumidamente a biografia de Magro Romão — para que conste... Cerca de 1937, com o posto de tenente, foi diretor da PIDE no Porto, tendo, na sede da negrada "gestapo" lusa (rua do Heroísmo 329), assassinado e inutilizado dezenas de cidadãos portugueses, cujo único "crime" era o de discordarem do regime ditatorial. As suas atividades foram de tal modo notoriamente criminosas que o governo resolveu transferi-lo para África, onde cometeu um roubo tão vultuoso e infamante que o próprio Salazar mandou proceder a um inquérito. O capitão Henrique Galvão (hoje preso por ter denunciado outros roubos) foi o inquiridor — e Magro Romão foi expulso do Exército Português por ladrão, juntando assim este título ao que já trouxera do Porto — o de assassino.

Mas Santos Costa estava atento, promoveu a capitão o seu lúdico "camarada" e reintegrou-o nas fileiras. Rápidamente "ganhou" os galões de major e na atualidade é coronel — e sai à rua para espancar cidadãos indefesos. São homens como este que causam repulsa ao Povo Português, que se recusa a confundir assassinos e ladrões com os seus oficiais do Exército. São homens como Magro Romão que defendem Salazar — de revólver na mão...

### LEITORES DE LISBOA, DO PORTO, DAS CIDADES E ALDEIAS DE PORTUGAL

Este jornal é feito para vós; quanto maior for o número dos que o lerem maior será a nossa satisfação e maior o serviço prestado ao País.

# Opiniões insuspeitas

Por João Sarmento Pimentel

"Isto he gastar cêra com ruins defuntos; verdades demonstradas por si mesmas não necessitam de provas, nem amplificações."

Já assim falava, há 150 anos o padre José Agostinho de Macedo, de "Os Sebastianistas", e eu acredito que os atuais sebastianistas, os novos comendadores, apesar das verdades demonstradas por si mesmas que patentearam aos olhos de toda a gente aquela farça eleitoral, endossante da nomeação de Américo Tomaz para presidente da República, continuarão a enganar os incautos com o grandíssimo conto do vigário das excelências da ditadura portuguesa, mais os milagres do fradalhão, espalhados urbe et orbi pelo S.N.I., cujo boletim se intitula "Notícias de Portugal".

Presos ao cabresto das vaidades tolas, lá foram até Lisboa com o chocinho da comenda a bater-lhes na pança prenhes de Escudos e tangidos pelo Tenreiro, entraram às arrecuas no Terreiro do Paço, onde, mais uma vez, afirmaram a Salazar que eram os tais, só eles e mais ninguém intérpretes do sentir e alto pensamento da Colónia, pois nós outros, a arraia mífida, assinávamos de cruz a arenga de subserviência, preito e mensagem ao Estado Totalitário, que eles ali despejaram dos alforjes.

No retorno, a grotesca embalagem botou falação às folhas de couve que são, a tantos Cruzeiros por linha, porta-vózes da estupidez que lhes albarda a basófia e endeuas as malfetórias. Os nossos patricios queriam que se fizesse um novo desmentido e protesto público contra as sandices desses caixeiros viajantes do fascismo lusitano, absolutamente divorciados dos anseios de liberdade e independência da Grel e que corajosamente enfrenta o poder da plutocracia, o que me pareceu fóra de vila e termo.

E então, para os aquietar, lembrei-lhes esta outra passagem de "Os Sebastianistas" do padre José Agostinho: "Com que para se julgar destes homens, como homens de letras, era preciso que houvessem tais, e quais monumentos literários, mas isto não é nulos. A sua conduta moral não he da minha repartição: isso pertence in totum à vigilância da Polícia."

Passamos então a respirar nas gazetas mais algumas opiniões insuspeitas publicadas nos jornais da província que escaparam pelas malhas da censura.

A respeito dos famigerados grêmios, pilares do Estado Corporativo e ninho de empregos dos correccionários do Partido único, este pano de amostra, recortei-o no "Diário do Norte", jornal do Porto:

"Há dirigentes gremiais que não cumprem a sua alta missão social. E não se limitam a não cumpri-la, porque chegam mesmo a atraí-la."

Os princípios são falseados por aqueles a quem foi confiada a direção de tais grêmios.

Esses maus dirigentes atraíam constantemente e repetidas vezes a causa, dando assim origem ao descontentamento. Atraíam-na, através de atitudes que assumem. Atraíam-na, quando mostram não conhecer, nem sentir, nem viver — porque importa vivê-los a todo o momento! — os ideais de justiça social.

Atraíam-na, quando negam e combatem os benefícios da previdência social, procurando ainda, por todos meios subtrair-se ao cumprimento dos deveres que a organização da previdência lhes impõe, como patrões. Atraíam-na, quando se opõem ao reajustamento de ordenados e salários, fingindo ignorar o agravamento do custo de vida para que eles próprios concorrem. Atraíam-na, quando evitam a celebração de acordos ou contratos coletivos de trabalho, indispensáveis para a melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores das artes e dos ofícios."

No "Notícias de Mirandela", de 20 de Julho, o jornalista Rogério Reis, apesar de situacionista, tem este pequeno desabafo:

"Aqueles que são mais realistas

do que o rei e mais papistas do que o Papa por certo me terão já excomungado como apóstata da mesma fé política por me ter "atrevido" a reprovar a existência da Censura e por a minha aldeia ter votado "contra", como se eu fóra o responsável e pudesse tirar ao povo o seu descontentamento consequente das muitas multas que lhe impuzeram por este ou aquele motivo!

"Terei eu culpa deste mal-estar?" A "Voz do Sul", jornal alentejano, também mete a sua colherada no panelão que cozinhou a mistela para a Presidência da República e tira lá de dentro o seu presigo, de mistura com algum unto ao contra-almirante Tomaz, certamente para tapear os esbirros semi-analfabetos da censura:

"Pela primeira vez desde que a triunfante revolução de 28 de Maio de 1926 impôs ao País uma mudança radical na sua estrutura política, a eleição presidencial foi disputada até às urnas por dois blocos, de tendências nitidamente opostas.

Proclamou-se um vencedor — o candidato do Governo, estadista prestigioso, com uma boa folha de serviços prestados, dedicadamente, à Nação.

No entanto, ao candidato que representava os setores oposicionistas foi atribuída uma percentagem favorável de votos que, pelo seu volume e levando em devida linha de conta outros fatores, traduz uma corrente de idéias, de opiniões e de anseios que não pode nem deve ser esquecida ou menosprezada. Assim o reconhecem e têm o desassombro de afirmar vozes de todo insuspeitas, as quais, acima dos seus credos políticos, por mais sinceros ou arreigados que eles sejam, ou talvez por isso mesmo, colocam a intenção patriótica de reconizar uma renovação de métodos governativos, susceptível de possibilitar eficiente solução aos mais instantes e mais delicados problemas nacionais."

"O Jornal de Felgueiras" de 2 de Agosto, até parece dirigir-se aos salazaristas do Brasil quando o seu artigo do fundo, que intitula "Ilusões Perigosas", afirma:

"O último ato eleitoral pertence já à História, mas vale a pena sobre ele fazer alguns comentários.

O País parece ter regressado à calma e ao trabalho. Mas será a paz dos espíritos um fato? Essa pode comparar-se à serenidade suspensa, no qual a lava lá dentro esteja em ebulição, pois todos sabemos que tréguas ou armistício não são o mesmo que a paz.

Há graves problemas que nos preocupam, idéias sinceras que nos dividem e até interesses que nos separam. Negar estas preocupações candentes é miopia ou petulância.

Voltámos ao monólogo, monótono e enfático, depois de um diálogo por vezes tormentoso — e tanto mais tormentoso quanto prolongado for o monólogo.

É preciso ter presente que uma reforma ou estruturação política se não faz só com boas estradas, higiênicas escolas e quartéis, sumtuosos palácios, grandes estádios. A educação moral, intelectual e cívica — deve estar na sua base.

Mais, a educação supõe liberdade, que se não pode nem deve deixar confundir com a licença, mas que é indispensável viver, como preceitua o art. 8.º da nossa Constituição."

Esse art. 8.º, manhosamente introduzido na Constituição do "Estado Novo", para Portugal poder fazer parte da "ONU", é letra morta para o Governo, e nunca foi respeitado pelo ditador, mesmo durante o período eleitoral.

No "Notícias de Guimarães" apanham-se estas pequenas migalhas da verdade, que o sono do censor deixou imprimir:

"Pretender reduzir à insignificância e a plano secundário a onda de descontentes, é desprezar as realidades sociais.

A repressão, a violência, própria dos regimes de força, só gera movimentos de reação e revolta.

Os governos só se prestigiam e dignificam com atos de bom senso administrativo e de desenvolvimento económico, que visem elevar o nível de vida da nossa gente, muito longe ainda de atingir aquele grau de mediania a que tem absoluto direito.

Reputar a oposição manifestada nas urnas como um ato de rancor

e de despeito é grave erro político.

Muitos dos que votaram no candidato do Regime por uma questão de fidelidade aos princípios doutrinários que perfilham, estão tão descontentes como os votantes no candidato da Oposição.

Reduzir a vida nacional a compartimentos estanques, convertê-la em setores reservados em que só um determinado grupo de "consagrados" pode intervir, é erro político de ruinosas consequências.

"Todos não somos demais para continuar Portugal", como tantas vezes se tem afirmado.

A lição oposicionista encerra fecundos ensinamentos que ninguém pode renegar ou lançar ao olvido."

Para terminar este simples trabalho de tesoura, um recorte do centenário jornal "Aurora do Minho" que invocando o velho e sisudo órgão conservador "O Comércio do Porto" escreve:

"Não é segredo que lavra, dentro da Nação, um sentido de desgosto pela rota que levam os acontecimentos da hora que decorre, por motivo dos quais órgãos categorizados da Imprensa periódica já fizeram judiciosas reflexões.

As últimas devem-se ao diário português "O Comércio do Porto" que, com muita serenidade, recorda a sua velha carreira jornalística que se marca para além dum espaço centenário!

O Século e a Voz tinham há dias perorado no mesmo tom.

E', sem dúvida, representativa, na Imprensa diária, muito digna de considerar-se, a opinião daqueles três diários, por outros, como a República, já segundados, insolidados, todos para o fazerem, nos próprios conselhos da História pois, na realidade, para ela se apela, em geral, quando demandamos as grandes lções!"

Deixo para o próximo número do aguerrido "Portugal Democrático" novas opiniões insuspeitas, ou, mais que insuspeitas, insuspeitíssimas, quais sejam as do Ilustre D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, e que ocupam uma página inteira de "O Estado de S. Paulo", consignando nesta coluna ao Dr. Júlio de Mesquita Filho, Ilustre Diretor do grande jornal bandeirante um sincero e caloroso agradecimento dos portugueses democratas por mais este inestimável e altíssimo serviço que prestou à causa da liberdade e da verdade ao divulgar a carta do Bispo do Porto ao Dr. Salazar, que a censura não deixou publicar em Portugal.

## O Natal do preso político português

A campanha prossegue. Os democratas portugueses que vivem no país fraterno e amigo que é o Brasil juntam-se, dia a dia, para que os nossos compatriotas que sofrem nas prisões salazaristas tenham, por ocasião da data festiva do Natal, a certeza de que estamos com eles.

A "Comissão Pró-Natal do Prêso Político Português", de que fazem parte os srs. Carlos Assunção Neves, Manuel Ferreira Moura e Manuel Algodres, vai, dentro em breve, intensificar as suas atividades, a fim de reunir todo o auxílio que os amigos da Liberdade queiram enviar às vítimas do fascismo português. Entretanto, solicitamos a todos, portugueses ou não, que queiram oferecer a sua colaboração a este belo movimento de solidariedade que se ponham em contacto com qualquer dos referidos srs., ou que se dirijam à Rua Conselheiro Furtado, n.º 191, sala 2, em São Paulo.

Até ao momento em que encerrámos esta edição, tinham sido recolhidos já os seguintes donativos: "Um Leitor" Cr\$ 100,00 "Portugal Democrático" Cr\$ 1.000,00; Pedro Ramos Cr\$ 100,00; Carlos Maria de Araújo Cr\$ 500,00 José José Santana Mota Cr\$ 100,00; Miguel Urbano Rodrigues Cr\$ 100,00; Vítor da Cunha Rego Cr\$ 100,00; João Alves das Neves Cr\$ 100,00

# Olhemos para trás do homem

Por Santana Mota

Das muitas e irreconciliáveis diferenças entre o regime democrático e o regime totalitário, uma, sobretudo, define e caracteriza o último: a imediata preocupação de identificar o sistema com a pessoa de um homem e de o apresentar onipotente e absoluto ao misticismo das massas. Duas fortíssimas razões militam a favor desse processo: a primeira é a crença de que na política, como na religião, as massas são mais suscetíveis aos símbolos do que às idéias; a segunda é a de que, canalizados os ódios e as paixões sobre a figura do líder, mais cômoda e fácil se apresenta a tarefa aos que, no plano secundário, procedem à obra estrutural do sistema que pretendem sobreviver ao declínio messiânico do ditador. É preciso que se não perca isto de vista no momento em que tantos sintomas de degenerescência e de fraqueza começam a observar-se na ditadura lusitana.

A tal ponto se endeuçou, por um lado e se responsabilizou, pelo outro, a figura do dr. Oliveira Salazar como chefe e doutrinador do Estado Corporativo português, que um dos nossos grandes receios é que a oposição o considere a chave da abóboda do edifício político e veja na sua queda o desabamento total de toda a fábrica. Esse receio sentimo-lo, uma vez mais, no dia em que o general Delgado prometeu, como candidato à presidência da República, destituir do governo o "salvador das finanças". Não por ele o haver prometido, mas pelo entusiasmo que essa promessa despertou em toda a oposição. É evidente que, vitorioso o candidato democrático, a sua função imediata e necessária seria a destituição de todo o ministério e a organização dum governo provisório até à eleição de nova Constituinte. E a dar-se a destituição do ministério, é óbvio que a varredura abrangeria o homem que o chefiava. Mas se era essa a sua função indeclinável, porque se viu o general Delgado na necessidade de a anunciar, e porque tanta vibração no acolhimento que ela teve? Sem dúvida, porque a grande maioria do povo português, de tal maneira se habituou a identificar o regime com a pessoa do chefe, que vê na permanência de Salazar no poder a indestrutível garantia da continuação do regime e o supremo obstáculo à democratização do país.

Ora isto não é inteiramente verdade. Admitir a tese desse modo, é aceitar a luta no campo onde os próprios salazaristas a colocam. Salazar não tem a importância que lhe atribuem, nem a sua destituição do governo implicaria a automática instituição dum verdadeiro regime democrático. Ele não foi chefe dum movimento revolucionário, nem se colocou, de "motu proprio", à frente do movimento que outros fizeram. A falta de caudilhos mussoliniescos, Salazar, com o seu ar de introvertido e de asceta, de acentuados pendores para a misoginia e a clausura, foi o que de mais típico o reacionarismo achou para impor ao misticismo dum povo que ainda não descreu inteiramente na volta do Desejado. O maior trabalho que tiveram foi em descobrir o nimbo apropriado à frente do novo ícone. Ele nem vinha dos areais escaldantes da África, nem de galgar muros em surtidas amorosas, nem de nenhuma das aventuras cavaleirescas tão do gosto do temperamento amoroso e imaginativo da gente portuguesa. Vinha, simplesmente e prosaicamente, duma cátedra da Universidade de Coimbra e de escrever quatro ou cinco artigos sobre finanças

num jornal rançosamente católico. Magro, macilento, de olhos piedosamente postos no chão e mãos não menos piedosamente cruzadas sobre o peito, tudo o destinava a modelo dum santeiro, nada o recomendava a líder dum país. O título, ou melhor a auréola que mais apropriadamente se lhe ajustou na frente foi, portanto, a de "salvador das finanças", a de economizador-mor do país, indivíduo que a nação inteira passou logo a imaginar como um impertinente caturra empenhado no equilíbrio das verbas orçamentárias à custa do suor e sacrifício do povo. As anedotas e trocadilhos que os seus adeptos fizeram espalhar a seu respeito, tendiam todos a criar na imaginação popular esse retrato de figura adunca e antipática de sovina e miserável. Ele era o homem que arrancava suco dum limão que três ou quatro atletas já tinham exaustivamente espremido; era o ministro que percorria incôgnitamente as secretarias de Finanças para controlar a hora de entrada e saída dos funcionários; era, em suma, o intolerável ranzinza com manias de disciplina e de método, visceralmente avessas e antipáticas a um povo de seu natural bonacheirão e pachorrento. Por isso, o povo nunca o amou. Respeita-o, teme-o talvez, mas não o ama. Existe uma aldeia no Ribatejo onde o seu nome é dado pelas crianças ao pão de milho, o pão dos pobres. Este simples fato dá-nos bem a idéia do que esse homem representa para o povo que governa há trinta anos.

Nada disto, porém, anula ou atenua o que dissemos antes. Salazar não é, nem nunca foi o sustentáculo do regime. A circunstância de ele cair ou se afastar amanhã, e atrás dele se esboroar a obra que chefiava, não refuta esta asserção. Antes de Salazar, outras tentativas houve de fascitizar o país. Uma delas foi a de Sidónio Pais. Este era infinitamente mais perigoso porque lhe coube a coroa de protetor dos pobres, de criador das "sopas económicas", título sobremaneira grato a um povo madraçamente afeito ao caldo dos quartéis e dos conventos. Não se criou a mistica, porque uma bala a interrompeu. Mas que ele procedia do mesmo alfobre onde o 28 de maio iria recorrer mais tarde, provam-no as quar-

teladas do mesmo gênero que ininterruptamente se sucederam entre uma data e outra.

Ora é precisamente esse alfobre que é preciso atacar e destruir. Alfobre de plantas venenosas que a República poupou e que a mataram. Não assestemos os golpes na planta transplantada, que essa já não tem viço nem vigor. Cuidemos do alfobre. É aí que o mal se reproduz e se eterniza. É um mal que vem de séculos, fartamente abeberado em ignorância, em reacionarismo de sacristia, em mediocridade e cupidez. Não nos deixemos iludir pelos protestos de inocência da hipocrisia que há-de correr para o nosso lado na hora da derrocada. Ela virá, com passos de veludo, oferecer-nos solidariedade e apóio. Serão os diretores de jornais, com ar de mártires, vítimas de uma censura que os não impediu de engordar e enriquecer; serão oficiais do Exército, coitadinhos, traídos na boa-fé e em seu amor à ordem; serão professores, intelectuais, jornalistas, forçados a alugar a consciência para sustentar a família; serão, finalmente, os dissidentes políticos da véspera, prontos a colocarem a sua experiência desinteressada ao serviço da República, como antes a tinham posto contra ela. A própria Igreja — se formos dar o verdadeiro significado à epístola lamentavelmente tardia do sr. bispo do Porto a Salazar — prepara-se, pressurosamente, para nos hipotecar solidariedade cristã e... democrática.

Não queremos dizer que se hostilizem esses aliados de última hora. Seria contraproducente e antipático repetir o erro que se cometeu no alvorecer da República. Nada de perseguições intolerantes, de estúpidos atos de impiedade grotesca. Para essa espécie de aliados há uma só atitude: dispensá-la. Melhor, ignorá-la. Mas não basta, ainda. É preciso que se saque a atmosfera propícia à proliferação desses miasmas, que se abram as janelas do país de par em par e que por elas penetre a corrente de ar puro e fresco, que tudo lava e purifica. Sobretudo, é indispensável, é urgente entrar-se desde já no levantamento de planos, de estudos, de programas que, abrangendo toda a estrutura social e económica do país, possam evitar o cataclismo que o fim do Estado Novo prenuncia.

## Salazar teme a verdade

# O General Delgado não virá ao Brasil

O General Humberto Delgado não virá ao Brasil, a fim de atender aos mais veementes desejos dos portugueses residentes neste país. O regime que ha cerca de trinta anos cerceia as liberdades fundamentais de todos os portugueses acaba de envolver ainda mais nas suas malhas policiais a figura prestigiosa do Homem que, de um instante para o outro, foi plebiscitado, do Minho ao Algarve, de Luanda a Lourenço Marques e a todas as latitudes onde vivam lusitanos, como simbolo vivo da luta contra a ditadura. Em telegrama enviado à direção do Centro Republicano Português, o general informa que lhe foi negada autorização para se ausentar.

O governo de Salazar nega àquele que conquistou um lugar destacado no coração de todos os portugueses o direito de visitar a imensa colônia lusa do Brasil. Os que criaram e desenvolveram os campos de concentração e aperfeiçoaram os métodos de tortura e de extermínio de seres humanos; os que não hesitam em marcar as próprias crianças com o ferrete da sua ignominiosa política; os que instituíram a censura; os que queimam os livros, as pinturas, e os filmes, proíbem o teatro e tentam destruir a música — Salazar e os seus lugares-tenentes, dizem ao oficial-general mais jovem, mais louvado e mais condecorado pelos governos democráticos estrangeiros que não pode visitar um País amigo e irmão como é o Brasil. Humberto Delgado é prisioneiro sem culpa formada, é condenado sem julgamento, apenas porque com lealdade e destemor gritou a Portugal inteiro que a hora da libertação ansiada estava próxima. Por isso, mais do que nunca, Humberto Delgado é o simbolo em que os milhões de portugueses espalhados pelos cinco Continentes depositam toda a confiança e uma esperança que já não é secreta, pois o Mundo a conhece.

O General Humberto Delgado não virá, neste momento, ao Brasil. Salazar assim o quiz. Mas os milhares de portugueses hão-de trazê-lo, um dia, a esta terra fraterna e democrática, quando terminar a noite longa e escura de trinta anos em que mergulhou Portugal. De resto, a tentativa que fizemos teve, pelo menos, um mérito: o de chamar a atenção dos povos livres e democráticos para

## Delgado escreve ao ministro do Interior

Senhor ministro do Interior, Excelencia

Assunto: brutalidade da Policia

Chega-nos insistentemente noticia de que no Forte de Caxias se exercem brutalidades físicas sobre os presos políticos. Corre mesmo que a um dos guardas se deu a sintomática alcunha de "Hitler", tão sadicamente feroz se mostra.

Como é do domínio público, apesar de em Portugal ser tão difícil entrarem publicações contra o Governo, as bestialidades exercidas pela P.I.D.E. sobre Portugueses tiveram tal repercussão no estrangeiro que a "Association Internationale des Juristes Democrates" enviou a Portugal um observador. Este verificou-as e relatou-as no Boletim N.º 31 da Associação.

Venho apelar como português e oficial das forças Armadas de um país da N.A.T.O., não para os sentimentos humanos que deixei de esperar do Governo, apesar de se dizer defensor da Moral e da Religião, mas para o bom senso, afim de não se criar nova campanha no estrangeiro contra o País, com base nos métodos policiais que o Governo aceita há longo tempo e continua a aceitar. Peço providências a bem da Nação.

Humberto Delgado  
General

## Os portugueses resistem...

Batem leve, levemente,  
Como quem chama por mim:  
Será o Humberto? Ou o Vi-  
[cente?]  
O Tomaz não é, certamente,  
E a PIDE não bate assim...

Versos como este são copiados e circulam, às centenas, por todas as cidades, aldeias e vilas de Portugal e do seu Ultramar.



É verdade que o tempo envelheceu a imagem Mas não morreu nem sequer diminuiu o espirito que na mesma se define. Os soldados de Santos Costa guardaram, com a postura dos intimidadores a secção de voto do Liceu Camões, no ultimo dia da farsa eleitoral. Depois muita água correu. O "coronel" foi despedido, por exemplo. Mas é ainda o Exército que mantém de pé a figura derrotada do professor de Santa Comba Dão. E dizemos que o espirito desta foto não morreu nem diminuiu porque o medo, o medo mesquinho, esverdeado, horrível, transparece para lá das fardas erectas, do brilho refrigente das armas. É um medo comum a nossa época. É contra ele que os soldados portugueses têm de reagir se não querem manchar-se com o sangue de um crime que lhes não pertence

## O caso do Diário Ilustrado (4)

## Teatro de fantoches

Por Victor da Cunha Rêgo

O nosso último contacto com os administradores do "Diário Ilustrado" simboliza tão bem o espírito desses indivíduos que não resistimos (conforme dissemos no nosso último artigo) a tentação de o descrever por alto, Miguel Rodrigues, Renato Boaventura, Mateus Boaventura e Daniel Filipe já tinham sido chamados e aceitos os respectivos pedidos de demissão quando chegou a nossa vez.

Ao entrarmos na sala que servia para reunião do Conselho Administrativo, encontramos-nos possuídos de estranho nervosismo. Era o fim de um emprêgo, talvez de uma carreira profissional, não tínhamos feito de apóstolos, não éramos comunistas (faltava-nos portanto uma razão forte) e contávamos 23 anos de idade. Dois minutos depois éramos um homem calmo, frio, um homem que se ria. A razão é simples.

Ao fim de uma mesa comprida o sr. Lucas de Sousa olhava-nos com uma "pose" de Karl Malden em fitas de conteúdo racista. Tinha tirado o casaco e desaperaçara o colete. Sentados em cadeiras ao redor da sala, os outros administradores, Manuel Nunes Correia, parecia absorto em pensamentos profundos e muito afastado do lugar. A sua bela cabeleira branca e o rosto quase sem rugas deixavam transparecer um profundo (real ou verdadeiro?) alheamento. O seu irmão, Marcelino, encontrava-se inclinado para a frente, em atitude de expetativa. Manuel da Fonseca, juiz nas horas vagas, parecia por vocação, administrador não se sabe porque, tinha no rosto aquela expressão serfíca que lhe conhecíamos. Jaime Nunes dos Santos, "play-boy" simpático e incrivelmente ignorante encontrava-se possuído de ridícula gravidade. Anibal David, vereador municipal por conveniência, dono da casa de modas mais cara de Lisboa, impecavelmente bem vestido (vendia e usava belíssimas gravatas) personificava a solenidade, a máscara severa afivelada ao rosto perfumado. Depois de passarmos em revista essa "galeria de homens responsáveis" ficámos estranhamente calmos. Perceberamos que todos eles nos atribuíam importância. Que todos se julgavam juizes de um tribunal ilustre. Pobres de espírito.

Ao contrário do que se passara com os nossos camaradas de trabalho não nos mandaram sentar. Como de costume, teatralmente, gozando a "mise-en-scène" barata de que fazia uso e abuso o sr. Lucas de Sousa passou um minuto em silêncio, fitando-nos nos olhos. Como já acentuamos trata-se de um homem inteligente, alto-comandantário dos consórcios financeiros (gênero sr. Ferral da "Condição Humana" sem possuir no entanto a subtilidade nem o requinte nem a visão política da personagem de Malraux) perdido completamente pelo messianismo de que se encontra possuído e pela ignorância crassa em tudo que diga respeito a problemas culturais). Subitamente falou: "O sr., devia ter vergonha. Se é alguma coisa deve-o a este jornal que o lançou na vida. Menino, lamentável a sua estupidez". — pausa dramática e arregaçar das mangas da camisa — Saiba que o seu pedido de demissão foi aceite. De hoje em diante fica proibido de voltar a por os pés neste jornal".

Foi aí que fiquei completamente calmo. O tom em que falara era tão presunçoso, os modos tão arrogantes, o ambiente tão "inquisitorial" que qualquer pessoa de bom senso que conservasse uma restea de dignidade humana e de liberdade se riria. Foi o que fiz. O sr. Manuel Lucas de Sousa com aquela proibição drástica de eu poder voltar a "por os pés" no Diário Ilustrado colocava a situação clara: tomava-me como comunista. Sim, porque doutro modo não se compreenderia a sua atitude para com um jovem de vinte e três anos que dera o melhor do seu trabalho, da sua dedicação à empresa para que trabalhava. Só por me tomar como

comunista se explicava a minha "quarentena". Era ridículo. E demonstrava além do mais que o sr. Sousa (todos os Sousas do Estado Novo) não sabem o que são comunistas e quando o chegarem a saber terão certamente amargas delusões. Fruto da ignorância...

Enfim naquela tarde de setembro encontrava-me dispensado de prestar serviços ao D. I. Olhei-os todos um por um. Apenas o sr. Lucas de Sousa me olhava de frente. Aliás tinha essa vantagem: olhava de frente as pessoas. Sai da sala como que aliviado de um grande peso. Alguns minutos depois encontrava-me na rua com os meus camaradas de trabalho dispensados também naquela tarde (já lhes citei os nomes). A porta segundo me disseram estavam dentro de um automóvel esperando a oportunidade de ocupar os nossos lugares, os srs. Metzner Leone, Amandio Cesar e Trabuco Alexandre. Um deles seria despido algumas semanas mais tarde, outro já caiu em desgraça (um ano depois apenas) e o terceiro, o Sr. Alexandre, não deve durar muito. A máquina capitalista triturava tudo. Mesmo os indivíduos inescrupulosos.

Não interessa contar o que sucedeu depois. Nenhum daqueles que se dimitira de redator do D. I.

o fizera procurando títulos ou obedecendo a diretrizes políticas. Simplesmente não se tinham querido ver despojados da sua condição de homens. Resta-nos, no entanto, referirmo-nos à atitude daqueles que dizendo-se contrários às medidas tomadas pela administração e desejosos de se afastarem de um tal jornal, se prostituíram cometendo um ato de traição moral.

Conforme já dissemos tinhamo-nos reunido uma noite para debater a situação. Um por um, todos os presentes concordaram que trabalhar naquelas condições era impossível e que, portanto, o melhor seria demitirmo-nos dentro das normas legais. Alguns dias mais tarde três dos nossos camaradas negavam as palavras da véspera. Três meses depois outros dois procediam da mesma forma.

Cobardia física e moral talvez sejam os qualificativos para tais atitudes. Cobardia física porque podendo livremente escusar-se a participar das nossas convicções e das nossas resoluções não tiveram coragem para tal (pelo contrário lembramo-nos perfeitamente das "lágrimas de revolta" do sr. Miguel Serrano, da atitude ardente do sr. Artur Alpedrinha e da atitude calma do sr. Saraiva Mendes). Cobardia moral por não terem conseguido furtar-se ao peso do dinheiro.

Estes três casos e o de Roby Amorim, merecem uma análise mais cuidada. Fa-la-emos no próximo artigo.

## Com os olhos no futuro

(Continuação da 1.ª pág.)

coberto da sombra gloriosa de De Gaulle, aí está a mostrar-nos o que sucederia inevitavelmente num Portugal — o regresso da oligarquia ao poder — transformado em campo de batalha de uma multiplicidade de partidos qual deles o mais absurdo e estéril.

Vivemos numa época em que a única grande verdade em política é o primado do social. Consciente ou inconscientemente, lenta ou apressadamente, de uma forma ou de outra, a maioria dos povos caminha para o socialismo. A idéia (bem cristã e bem esquecida pelo cristianíssimo sr. O. Salazar) de que é cada vez mais essencial uma repartição equitativa dos frutos do trabalho comum entre os membros da comunidade deixou de ser uma vaga aspiração de certas minorias intelectuais para se tornar em justa e humana exigência das classes oprimidas.

Portugal, se quiser situar-se no século XX e acompanhar a marcha da História, terá por força de procurar um caminho para o socialismo — o seu caminho. Socialismo que não pretendemos definir nem muito menos vincular a esta ou àquela experiência, socialismo no sentido amplo, generoso e humano do termo. A palavra inspira desconfiança a muita gente. Certo. Mas haverá algo nos nossos dias que tenha perdido mais completamente o seu significado do que a terminologia política? Democracia, liberdade, socialismo são termos empregados para definir realidades que por vezes, a escassas centenas de quilómetros, exprimem situações de fato perfeitamente antagónicas. Não chama o sr. O. Salazar democracia orgânica ao fascismo-corporativista por ele instaurado? Se nos situarmos na escala do tempo sucede o mesmo. As designações ficaram, mas tudo o resto mudou. Os conceitos de liberdade e de justiça social de um Mirabeau ou de um Saint-Just fariam sorrir um Lasky ou um Toynbee. O mais avançado dos homens do Diretório ou da Convenção seria hoje olhado como um espírito reaccionário. A verificação da existência dessa realidade a que se chama Homem-Massa, cuja presença nas sociedades modernas foi analisada por Ortega y Gasset, tornou obsoletas as românticas e ingénuas teses do liberalismo de que muitos portugueses parecem ainda incompreensivelmente saudosos.

Numa época de transformações constantes e prodigiosas como a nossa, em que certos países vivem em plena era espacial e outros albergam ainda sociedades tribais de estrutura neolítica, não há sistema

político que seja válido em absoluto. A própria divisão da terra em dois grandes blocos — inconciliáveis que aglomeram dezenas de nações mostra-nos como estamos ainda longe do estado mundial, aspiração suprema e antiquíssima da Humanidade. Os internacionalismos de tipo welsiano apesar de belos e racionais não passam, por hora, de utopias. Ao olhar o mundo, convenço-me, cada vez mais, de que na fase que atravessamos é pueril proclamar-se a superioridade absoluta deste ou daquele sistema sobre os restantes. O que é bom para uns pode ser altamente prejudicial para outros. Penso que hoje o comunismo seria uma fatalidade irreparável para países como a Inglaterra e a Suécia, mas isso não me impede de o encerrar como uma esperança e uma forma de libertação quando aplicado numa China ou num Vietnã. A ditadura de Atatürk foi benéfica para a Turquia, enquanto a ditadura de Franco é desastrosa para a Espanha.

O caso português é particularmente complexo. Por um lado somos um país subdesenvolvido onde a maioria da população é constituída por rurais que em muitos aspectos estão mais próximos das massas famintas da Ásia e da América Latina do que dos proletariados europeus. Por outro lado, temos o peso de uma burguesia infeliz e frustrada mas tenazmente apegada a uma tradição conservadora, e imperialista. A triste realidade é que ficamos para trás em relação ao resto da Europa... A busca de uma saída torna-se, portanto, mais difícil. Mas quando o ditador cair, Portugal, repito, terá de procurar e encontrar na própria alvorada da libertação, um caminho para o socialismo, aquele que melhor se adapte à idiossincrasia nacional e às arcaicas estruturas económicas e sociais do país. Tenho para mim que esse caminho terá de se situar fora do âmbito de uma experiência comunista. Como encontrá-lo? Essa a pergunta para a qual as elites pensantes portuguesas, que pelo coração estão com as massas escravizadas, devem principiar a procurar a resposta. Não podemos alimentar ilusões. Uma grande parte dos adversários do regime, dos descontentes de toda a espécie não desejarão outra coisa, após a queda da ditadura, do que ocupar os postos-chave para se locupletarem com as situações e os privilégios dos grandes do situacionismo. De nada serviria ao povo e ao exército derrubar uma oligarquia para que o país tombasse nas garras de outra. Mercê da criminoso irresponsabilidade do Estado Novo, a plu-

## Vida associativa

## A Portuguesa de Desportos um clube que progride

E' inegável que a Portuguesa, no curso de escassos anos, sofreu profundas e transcendentais transformações, que decorreram de iniciativas brilhantes das suas últimas Diretorias.

Conquanto nem toda a crítica desportiva disso se tenha apercebido — pois muitos continuam a ver a Portuguesa como equipe de futebol apenas —, o simpático Clube transpôs definitivamente os limites estreitos do setor futebolístico e encaminha-se, a passos largos, para uma posição de relevo no cenário desportivo do país, de forma que a sua vida e o seu crescimento deixou de condicionar-se aos êxitos de suas equipes de futebol.

Esta nossa conclusão decorre de uma análise objetiva do que tem sido a Portuguesa nos últimos tempos. Assim é que muito embora continue a sofrer infortúnios no campo das disputas futebolísticas — consubstanciados na frustração das tentativas que visam a conquista do título de campeã paulista — o seu engrandecimento é contínuo, tanto no seu contingente associativo como no seu patrimônio.

A razão disso situa-se na existência de uma praça de esportes, conseguida à custa de ingentes esforços de um corpo associativo devotado e enriquecido pela criação da categoria de sócios patrimoniais, sem dúvida a pedra angular das realizações do Canindé.

Incorreríamos em erro imperdoável se omitíssemos aqui, como causa central de todo esse processo de evolução porque a Portuguesa passou e está passando, o nome de Luiz Portes Monteiro, que há cinco anos vem presidindo os seus destinos. Foi Luiz Monteiro quem, numa fase crucial da vida do Clube, tomou resolutamente as rédeas da sua administração, conduzindo-o a um estado de larga harmonia, de que tanto necessitava. A sua presença no magno cargo diretivo foi motivo suficientes para estabelecer a confiança nos destinos da Portuguesa, tão profundamente comprometida pelas dificuldades que se abateram sobre a administração precedente. E uma vez pacificada a família rubro-verde, partiu-se então para as realizações que são de todos conhecidas e que consistem na aquisição do Canindé e nos magníficos melhoramentos ali levados a efeito.

E' claro que, apesar do vulto dessas realizações e do seu largo alcance, muito há que fazer ainda. A conclusão das piscinas e a construção do ginásio devem figurar como problemas centrais da obra a realizar. O desenvolvimento dos desportos amadores são um fator de progresso intenso e por isso os dirigentes da Portuguesa devem concentrar seus esforços nesse sentido.

Na medida em que o Clube marchar para a concretização desses planos, não tenhamos dúvidas que um paralelo e vertiginoso crescimento se processará, de forma a transformá-lo na agremiação próspera e pujante com que sonham todos os seus adeptos.

## CASA DE PORTUGAL

No dia 15 de setembro, numa das salas de sua sede social, a Casa de Portugal teve a feliz iniciativa de promover uma conferência sobre literatura portuguesa, que foi pronunciada pelo ilustre escritor português, Prof. Urbano Tavares Rodrigues, na ocasião em visita a São Paulo.

A conferência, que versou sobre o tema "O Alentejo na Literatura Portuguesa", foi assistida por elevado número de associados e amigos da Casa de Portugal, que tiveram a oportunidade de ouvir uma excelente peça literária. Urbano Tavares Rodrigues, através de uma análise clara e objetiva, traçou o perfil do romance e da poesia de autores alentejanos, muitos dos quais desconhecidos do público brasileiro. Revelando-os e divulgando a sua obra, Urbano Tavares Rodrigues, que foi entusiasticamente aplaudido pela numerosa assistência que compareceu à Casa de Portugal para ouvi-lo, prestou assim um relevante serviço à causa da cultura portuguesa.

Ainda dentro de suas atividades do mês de Setembro, a Casa de Portugal levou a efeito no dia 18, no seu magnífico salão de festas, uma excelente audição de piano, que contou com a participação de duas das mais gratas revelações da arte do teclado no Brasil: José Eduardo da Silva Martins e João Carlos da Silva Martins.

O numeroso público que lotou o amplo salão da Casa de Portugal teve assim a agradável oportunidade de ouvir famosas peças musicais, executadas pelos jovens mestres, que pela alta sensibilidade artística e pelo talento prodigioso que revelaram, muito enriquecem a já vasta cultura musical do Brasil.

Na ocasião foi ainda apresentado ao numeroso público presente, o grande mestre da música portuguesa, Prof. Fernando Lopes Graça, que se encontra no Brasil como convidado do Ministério da Educação. A apresentação foi feita pelo Sr. Dr. José Augusto da Silva Ribeiro.

tugal Democrático" estão abertas a todos os intelectuais portugueses que queiram responder à interrogação formulada. Aguardamos os seus depoimentos anônimos. Não será, sem dúvida, o grande debate que o sr. O. Salazar, a sua censura e a sua Polícia Política impedem que se trate em Portugal, mas será, apesar de tudo, um repatório valioso de idéias e sugestões, um serviço prestado a Pátria.

## PORTUGUESES E ESPANHÓIS

Leiam "Democracia Espanhola". Franco e Salazar são inimigos comuns.

Os problemas da Espanha interessam-nos tanto quanto os nossos problemas interessam aos espanhóis. A luta que se trava das montanhas asturianas à "huerta levantina", do planalto castelhano às "marismas andaluzas", é a nossa própria luta.

# O Porto luta contra Salazar

De um correspondente especial)

Porto, Setembro — Causou a melhor das impressões, nos meios democratas portuenses, a circular em que se transcrevia a crônica publicada, em 2 de Agosto, pelo jornal "O Estado de S. Paulo", a propósito da resistência contra o regime de Salazar na capital do Norte. Com efeito, o Porto viveu a sua repulsa pela ditadura, mesmo para lá de 8 de Junho, iniciando uma resistência passiva que se manifestou pelos mais diversos meios.

Por isso, artigos como o de "O Estado de S. Paulo" continuam a ser acolhidos alvoroçadamente, pois trazem-nos a certeza de que num país tão fraternalmente amigo co-

mo é o Brasil os jornais de maior projeção não se deixam taldar pela onda otimista soprada pelos salazaristas de que "tudo voltou à normalidade". Nada menos exato. A normalidade só regressará quando formos livres e soberanos da nossa vontade. Até esse dia, manter-nos-emos na odiada paz podre em que nos mergulhou Salazar. Sabemos todos, porém, que o dia da emancipação não tardará.

## O GENERAL DELGADO EXIGE

Dois documentos notabilíssimos vieram eletrizar, nos últimos dias, o ambiente da cidade. O primeiro

trazia a assinatura do general Humberto Delgado e, documentado com as fotografias da sua recepção no Porto, alvitava uma plataforma no sentido de se possibilitar a todos os portugueses sem exceção a oportunidade de servir o seu País, à margem de quaisquer restrições de ordem política. É bem verdade que chegámos a um tempo em que precisamos, todos os portugueses, de colaborar na tarefa magnífica de servir a Pátria, seja onde for. Mas, para tanto, é essencial que a todos os portugueses sem exceção se reconheçam os direitos mínimos que, de resto, a Constituição reconhece: a liberdade de expressão de pensamento e, sem dúvida, a reivindicação n.º 1 para que se retorne, finalmente, o seu curso normal, enfileirando Portugal com as demais nações democráticas.

A prática de uma política como aquela que vem sendo seguida pelo governo fascista só pode contribuir para cavar mais ainda o fosso que separa os portugueses. E, embora de um lado se encontre a minoria situacionista, não esquecem os democratas que Portugal é suficientemente grande para que nele todos possam caber. O que não exclui, é evidente, que os criminosos, e nomeadamente os que torturaram, feriram e mataram portugueses de lei, tenham que dar, oportunamente, conta dos seus atos perante os tribunais que legitimamente devem constituir-se.

## A CARTA DO SR. BISPO DO PORTO

O Porto acolheu com alegria a carta que o seu Bispo, D. António Ferreira Gomes, enviou a Salazar. A população inteira está absolutamente de acordo com as observações mínimas feitas pelo Prelado da Diocese e sente que todas elas correspondem a um sentimento unânime, não só do Porto, mas também do País.

Salazar não pode demorar por mais tempo no prosseguimento de uma política anti-nacional, apesar dos "slogans" da sua propaganda. Tem de reconhecer que muitos dos que o criticam poderiam admirá-lo se ele tivesse querido reconhecer à Nação a sua maioria. Tem de convencer-se de que, no seu conjunto, Portugal o critica — e o repele, já que não quíz atender aos justos anseios de liberdade do nosso Povo.

Mas a carta do sr. Bispo do Porto trouxe, simultaneamente, outra confirmação de não somenos valor: a de que as mais altas personalidades do clero, tantas vezes sollicitadas a mostrarem a sua concordância com os atos governamentais, não estão com Salazar. Não foi só no Minho que os fiéis abandonaram as Igrejas quando os seus maus padres lhes pediram votos para a "U.N.". O mesmo aconteceu noutras províncias. Porém, esta tomada de posição destrói, definitivamente, o mito de que a Igreja Portuguesa aceita e defende o fascismo.

Outros dirigentes católicos, aliás, entre os quais muitos dirigentes da JOC e de outras organizações, afirmam mais ou menos abertamente a sua preferência pelo ideal democrático.

## A PIDE MATA

Uma das inúmeras folhas volantes que circulam nesta cidade relata a morte terrível do democrata Joaquim Lemos de Oliveira, "Repas", natural de Fafe, que sucumbiu nas prisões da PIDE, vítima de toda a sorte de maus tratos e violências. Deixou viúva e quatro filhos, tendo a polícia efetuado o seu funeral, de armas na mão e sem prevenir a família. Joaquim Lemos de Oliveira sucumbiu depois de 9 dias de constantes torturas, submetido às violências da "estátua" e a um sem número de brutalidades.

Também no mesmo antro da PIDE foi assassinado o democrata de Viana do Castelo, Manuel da Silva Júnior, de 69 anos de idade. Foi impedido o enterro na sua terra natal e ficou sepultado no cemitério de Agramonte.

Entretanto, outros portugueses que procuraram exercer o sagrado direito de proclamarem a sua opinião sofrem nas prisões nortenhas da PIDE torturas inenarráveis — em nome da "ordem salazarista".

# Um editorial de "O Estado de S. Paulo": Violencia Ditatorial

Não obstante tudo o que a grande imprensa mundial tem escrito nos últimos tempos acerca da ditadura que há mais de trinta anos pesa sobre Portugal, muita gente continua convencida, no Brasil e em outros países, de que o regime português é admirável e o seu chefe um estadista no melhor sentido do vocabulário. A farsa eleitoral que, em julho passado, teve como consequência a elevação à presidência do sr. almirante Americo Tommas foi a tal ponto evidente que um jornal tão conservador e moderado como o "New York Times" — o maior órgão da imprensa norte-americana — não hesitou em escrever que o sr. Salazar escolhera para chefe da nação lusitana aquele oficial de marinha tal como poderia ter nomeado "qualquer policial ou bombeiro".

Pelo visto, porém, não basta ao Estado Corporativo português ter impedido o general Delgado de vencer o pleito, de acordo com a vontade expressa pelo povo do país irmão. A fraude das urnas seguiu-se a perseguição ao homem. Demitidas suas funções logo no dia seguinte ao ato eleitoral, o general é hoje um prisioneiro no gozo de uma liberdade apenas aparente. Conforme a imprensa paulista oportunamente noticiou, o Centro Republicano Português, de São Paulo, fazendo-se eco dos sentimentos de um vasto setor da colônia lusa, dirigiu, em julho passado, convite ao ilustre oficial para visitar o Brasil e fazer entre nós uma série de conferencias. Ainda que tudo seja de esperar da parte de um regime totalitário, nunca pensamos que o arbitrio e o desprezo pelas liberdades individuais fossem tais no seio do Estado Novo, que o governo do sr. Salazar recusasse ao general Delgado a banal autorização para se ausentar para o estrangeiro, facilidade ao alcan-

ce do mais obscuro cidadão. Foi, no entanto, o que aconteceu. Como se fôsse um cadastrado, o ex-candidato independente não pode sair do país. O pretexto invocado, ao que parece uma formalidade burocrática de caráter militar inventada à última hora, não nos interessa. Importa, isso sim, frisar que um oficial com uma brilhante folha de serviços, condecorado por vários governos estrangeiros por altos serviços prestados à causa da aviação civil internacional, ex-candidato à presidência da Republica Portuguesa, não pode deslocar-se ao Brasil. A tanto vai a prepotência do Estado Corporativo do sr. Salazar. O general Delgado será condenado a não poder sair de Portugal pelo imperdoável crime de ter ousado disputar ao regime o poder que este vem exercendo há 32 anos contra a vontade do povo. A atitude da ditadura portuguesa tem apenas um merito: o de demonstrar bem claramente o que é e o que vale.

("O Estado", 12-9-58)

## Um émulo do sr. Torquato

Um sr. Fernando Ribeiro de Mello (com dois I) qualquer, que assina uma secção de notícias sobre discos, jantares de aniversários e programas de rádio, publicou há dias, no jornal "O Tempo", um curto comentário a propósito de uma crônica do destacado comentarista que é Paulo de Castro. É evidente que num país democrático como é o Brasil, o sr. F. R. M. pode dar-se ao luxo de criticar o que lhe aprouver nas colunas dos jornais. Imperdoável é, no entanto, o facto de desprezar tão olimpicamente a gramática portuguesa...

O improvisado escrevinhador ataca Paulo de Castro por que este não pediu licença a Salazar para criticar a recente mensagem do ditador de Santa Comba ao presidente Kubitschek. A posição do grande jornalista português, considerado no Brasil, com inteira justiça, um dos melhores comentaristas de política internacional, não está em causa — já que ele é intelectualmente maior para que prescindir de qualquer aval de portugalidade. Mas o que chega a pasmar é que um pobre e ilustre desconhecido como é o sr. F. R. M. desate aos pinotes e se esganice para exorcismar um jornalista com a categoria profissional do cronista do "Diário de Notícias" do Rio.

Nem por isso deixa de ser estranho que num diário que, como todos os jornais dignos desse nome, luta contra a censura, dêbeis mentais como o sr. F. R. M. possam defender ditaduras tão repugnantes como a de Salazar. Ainda que as notícias possam ser pagas a tantos cruzeiros por linha — os comentários salazaristas são ricos... — há matéria paga que fica melhor no cesto dos papéis. Não pretendemos, de modo algum, atacar "O Tempo". Mas é bem provável que, sob a capa do rádio e dos banquetes, não se tenha visto ainda que a V Coluna Fascista Portuguesa no Brasil está a postos.

## Salazar fomenta boatos...

Diversos jornais brasileiros publicaram, nas últimas semanas, a notícia de que Salazar pensava retirar-se — o que já não é sem tempo, diga-se em abono da verdade... "Última Hora", por exemplo, inseriu, em 13 de Setembro, a seguinte pequena notícia encimada pelo título: "Salazar vai renunciar?".

"Circula em Lisboa boato de que, em meados de 1959, já quase na data em que comemorará 70 anos, o primeiro-ministro (eterno) sr. Oliveira Salazar irá até Coimbra, para dar algumas aulas na Universidade, de onde está afastado há 30 anos. No dia em que completar os 70 anos de idade, Salazar pedirá sua jubilação e renunciará à chefia do governo de Portugal. Não sabemos se é esse, de fato, o plano de Salazar, mas sabemos que é isso, pelo menos, o que dizem agora, insistentemente, as altas rodas de Lisboa."

# A carta do Bispo do Porto

Continuação da pág. 3)

qualquer doutrina, e então temos exatamente aquilo que dizíamos, a negação da dimensão política; ou bem que tem uma doutrina e nesse caso, ou é dogmática e estamos no mesmo, ou é livre e caímos na sua negação, na desunião.

Ponhamos a questão em concreto e precisamente no ponto que mais proximamente interessa à Igreja. Parece que para se ser bom filiado da U. N., o menos que se pode pedir é que se seja nacionalista. Mas o nacionalismo, desde a mensagem pontificia do Natal de 54, é no vocabulário católico um termo mais que suspeito. Poderá decerto juntar-se-lhe um adjetivo. Mas se se pretende que obriguemos ou animemos os católicos a serem nacionalistas, mesmo co madjetico, que autoridade nos fica para os impedirmos de serem progressistas, com o adjetivo que escolherem?... Queremos ou poderemos também nós impor aos católicos conscientes, e sobretudo à juventude, que quer ser intelectualmente respeitada, o círculo nacional das supremas designações políticas, cujo vicio apenas a personalidade de v. exa. pode esbater?

Afinal, esta negação da livre e honesta atividade política é também uma política; apenas, má política. O problema enorme, histórico e decisivo é este: pode, ou não pode o católico ter dimensão política? Deve, ou não deve o católico ter dimensão política?

Este é o problema da Igreja portuguesa, *hic et nunc*: o grande e como que unico problema da Nação, mas por via de consequência: perda da Igreja na alma do povo, estará perdida a Nação. Como bispo, sinto a tremenda responsabilidade de amanhã, no meio da eventual catastrophe — não cultivo "a visão catastrofista dos acontecimentos", mas não posso também aceitar a tática do avestruz, que infelizmente vejo difundida demais — os católicos nos poderem dizer que a culpa foi nossa, por os termos inibido da formação e ação políticas.

Em consequência, e à luz de tudo quanto escrevi, condensarei aquilo que desejaria perguntar a v. exa. em quatro pontos:

1.º) Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja ensine livremente e por todos os meios, principalmente através das organizações e serviços da Ação Católica e da Imprensa, a sua doutrina social?

2.º) Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja autorize, aconselhe e estimule os católicos a que façam a sua formação civico-política, de forma a tomarem plena consciencia dos problemas da comunidade portuguesa, na concreta conjuntura presente, e estarem aptos a assumir a responsabilidades que lhes podem e de-

vem caber, como cidadãos católicos?

3.º) Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos definam, publiquem e propaguem o seu programa, ou programas, politicamente situados, em concreto *hic et nunc*, o que evidentemente não pode ir sem o despertar de esperanças de mutações ousadas e substanciais e do seu clima emocional?

4.º) Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos, se assim entenderem e quando o entenderem, iniciem um mínimo de organização e ação políticas, a fim de estarem aptos, nas proximas eleições legislativas ou quando o julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio, com o programa definido e com os candidatos que preferirem?

"Resolvi não ouvir qualquer dos bispos responsáveis pelas nossas Dioceses"

Desejo precisar que, ao formular estas perguntas, não quero sugerir qualquer benevolencia ou favor para com a atividade civico-política dos católicos; antes, pelo contrario, penso que se não forem capazes de aguentar o desfavor e a animosidade do Poder, pouco podem merecer o respeito e a liberdade. Apenas sugiro e peço, mas isso com toda a nitidez e firmeza, o respeito, a liberdade e a não-discriminação devidos ao cidadão honesto em qualquer sociedade civil. Desejo ainda precisar que esta minha atitude e diligencia, que me resolvi a desenvolver como servidor da Igreja, são no entanto da minha unica e exclusiva responsabilidade. Por isso e para isso, a fim de que o Episcopado português seja inteiramente livre de aceitar ou repudiar estes atos e quaisquer consequências, resolvi não ouvir qualquer dos bispos responsáveis pelas nossas Dioceses, a quem apenas *post factum* comunicarei o caso. Nem sequer falei a s. eminencia o sr. cardeal Patriarca, pela mesma razão e por me parecer que a s. eminencia pertence a ultima palavra, que moralmente compromete a Igreja portuguesa, e normalmente não a primeira, que responde ao estado de consciencia e às circunstancias de cada um, na sua esfera de responsabilidade. Finalmente e pela sua atualidade, permito-me juntar copia de alguns documentos relativos aos Centros Paroquiais de Assistencia e Formação Social, que deixam ao menos ver como os erros aqui denunciados não ficam no dominio do Abstrato.

Nestes termos e pedindo me releve a reta intenção em tudo quanto possa ter magoado v. exa. e reiterando a expressão da minha muita consideração pessoal, fico aguardando ordens de v. exa. e subscrevo-me

De v. exa.

a) Antonio, bispo do Porto.

# Um certo patriotismo

Por João Alves das Neves

Muitas e estranhas coisas têm ocorrido em Portugal, depois que Salazar tomou conta do poder. Através de poderosos órgãos de propaganda, tentou a Situação, no País e fora dele, a generalização de "slogans", segundo os quais tudo era podridão e vício, ruínas e desordens, antes do chamado "estado novo".

Só com Salazar na chefia da Nação se abriram estradas e se ergueram escolas, se implantou a ordem e se lançaram as bases da indústria, do comércio e da indústria. Quer dizer: antes dele, era o caos; depois dele, seria outra vez o caos...

Nestas belas palavras se deixaram embalar muitos e com elas se fez a lavagem do cérebro de todas as gerações que abriram os olhos para a vida depois de 1926. Mas os efeitos do ópio acabaram por se evoluir e, de sacudida em sacudida, a Juventude de Portugal pôde vislumbrar de novo o seu caminho. A prova irrefutável, que nem o SNI, nem a ANI, nem os jornais, o cinema, o rádio, o teatro e a televisão censurados conseguiram destruir, tivemos-la nós, democratas, e tiveram-na eles, defensores do fascismo, nos meses de Maio e Junho findos, quando Portugal inteiro se levantou, unido e forte, para dizer "sim" à Liberdade e à Democracia. De nada valeram, afinal, os milhões da propaganda gastos no País e no estrangeiro, pois os processos governamentais foram, larga e documentalmente discutidos. Com efeito, nem um só jornalista imparcial pôde declarar, nos termos da sua reportagem, que Portugal estava com Salazar.

Porém, a certeza de que principiou o movimento libertador não foi ainda atendida por todos. O governo fascista continua a exercer toda a pressão, procurando minimizar os efeitos da sua política totalitária e dirigida, e, afinal, contra todo um Povo, em benefício da oligarquia reinante. Dado o modo como decorreram as eleições, pode afoitamente dizer-se que é ilegalmente que o governo atual detém o poder, visto que durante a campanha eleitoral não só intimidou o Povo, metralhando-o e prendendo centenas de dirigentes oposicionistas, como ainda desvirtuou a essência do ato eleitoral, não admitindo qualquer fiscalização junto das urnas.

E é assim que Portugal continua vivendo, amordaçado, ferido no mais fundo da sua alma, impedido de exercer com dignidade e plena soberania os mais sagrados direitos humanos. "Quem não é por nós é contra nós", declarou, um dia, Salazar. O espírito do estribilho mantém-se em toda a sua virulência: os que não são por ele só têm um lugar: a cadeia. Aquelle que ousa proclamar a sua discordância, assina imediatamente a sua morte e a da sua família: a prisão, quantas vezes indefinida, a tortura e, até, a morte.

Quem pode defender este regime que não admite a discussão em campo aberto dos seus atos? Quem pode aceitar um sistema que pretende ditar a um Povo inteiro os "sim" e os "não" que deve pronunciar? Quem está de acordo com uma política cujas raízes assentam na força, no medo, na denúncia, no sofrimento físico e moral? Quem crê num governo que, para continuar a exercer as suas funções, impede os jornais de escrever e a rádio de falar? Quem concorda com uma propaganda que afirma a todos os ventos a prosperidade de Portugal, quando se sabe que infelizmente, os portugueses têm um nível de vida baixíssimo, que uma boa parte da população não ganha para se alimentar, nem para se vestir? Quem admite ser governado por aqueles que, por meio de exigências de ordem financeira cada vez mais pesadas, vedam praticamente o acesso dos jovens não ricos à Universidade? Quem está disposto a tolerar os homens que queimam os livros, destroem as pinturas, proíbem os filmes, censuram o teatro? Quem tolera permanecer num ambiente em que, minuto a minuto, a sua própria honra está à mercê da mais leve denúncia?

Se outras razões não houvesse, bastariam para alicerçar todas as queixas do Povo Português contra um governo que, desrespeitando esse povo, a si mesmo se desautorizou. Chegou-se ao tempo em que os portugueses não quiseram mais promessas e exigiram realidades. Portugal levantou-se para dizer o que quer, para repudiar o que não está no seu coração. Acabou a épo-

ca dos "bons que estão com Salazar" e dos "maus que são contra ele". Por ou contra, todos são portugueses, afinal, todos têm o direito de viverem a sua vida com liberdade e dignidade.

E' certo que se calam, momentaneamente, as armas que nos dias heróicos de Maio se voltaram contra o Povo, e o feriram, e o fizeram calar, e o torturaram. Mas a alma, a ânsia de libertação não morreu. Todos o sabem, todos os que estamos do lado de cá da barricada — e todos os que estão na margem oposta. Queremos a tranqüillidade, mas não a da morada. Ambicionamos a tranqüillidade não só do corpo mas também a do espírito. Recusamo-nos a ser chacinados nas ruas quando, de peito aberto, exprimimos as nossas idéias — no respeito pelas dos outros. Queremos que nos jornais se diga a Verdade — mesmo que essa verdade seja dura e nos obrigue a sacrifícios. Queremos que os nossos representantes no Parlamento, sejam, de fato, os eleitos — e não os nomeados. Queremos que o nosso Exército continue glorioso, mas que se bata pelos ideais do Povo que representa, e que os seus oficiais não voltem, sequer, a admitir a hipótese de que estão às ordens de homens feitos Deuses. Queremos estar na fábrica, no escritório, na repartição, na rua ou no "café" — e sabermos que, quer falemos de política, de literatura ou da carestia da vida, nenhum espírito nos escuta, que somos livres, que dispomos dos meios de educar na liberdade os nossos filhos, que podemos ter confiança no futuro.

Sobretudo, recusamo-nos a admitir a segregação entre os portugueses. Das direitas ou das esquerdas, todos podemos unir-nos e viver em amizade, fraternalmente. Exigimos direitos idênticos para os portugueses que já sofreram demais. A ordem nada tem a ver com a morada. Pertencemos a um Povo que há muito atingiu a maioria e que, se cometeu erros, nem por isso merece que o encerrem numa vasta penitenciária. Nenhum homem, nenhum português, por mais inteligente que seja, pode, discricionariamente, por dezenas e dezenas de anos, impor a sua vontade, sem admitir que o critiquem, firmando no terror o seu poder.

Vivem no Brasil alguns portugueses que teimam em vestir os seus ideais pelo figurino que impera em Lisboa. Não os condenamos em bloco, pois a maioria deve ignorar o que realmente se tem passado em Portugal. Vão à Pátria como turistas e raramente contactam com o Povo. Escutam muitos discursos inflamados. E voltam como partiram. Outros, porém, advinham, quanto mais não seja pelas entrelinhas, que a vida portuguesa não é um mar de rosas. E devem saber que em Portugal há miséria, que, para lá da propaganda, a realidade é escamoteada.

## Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado,  
191 — Sala 2 — Telefone  
37-0933 — São Paulo

Diretor-Responsável:

OTAVIO MARTINS DE  
MOURA

Expediente

Dias uteis: das 9 às 18 horas.

Sábado: da 9 às 12 horas.

Assin. anual . . . . . 30,00

Assin. especial . . 100,00

Número avulso . . . 3,00

### "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

Estão de bem com o governo, e isso é lá com eles. Quando toda a Verdade for dita, os que forem honestos terão porventura a sinceridade de reconhecer o seu erro e de verificarem que Salazar há muito deixou de consubstanciar os anseios de Portugal. Mas podem e devem, desde já, deixar de confundir os portugueses com o presidente do Conselho atual. Um ditador é sempre um ditador, quer cumpra as leis do fascismo ou do comunismo. Nunca representa o sentir de seu povo, porque não o ausculta, porque se distancia desse povo, desprezando-o e impondo-lhe uma diretriz que é a da violência e a do desprezo pela opinião dos outros.

Há, porém, um limite que nenhum português pode ultrapassar, a não ser que tenhamos de o considerar indigno dessa condição. Esse limite forçam-no quase todos os defensores de Salazar, ao negarem aos democratas o direito de portugalidade. Mas não se confunda Salazar com Portugal. Defendemos o nosso País onde quer que estejamos, mas repudiamos o chefe do governo. Lutamos por Portugal e contra o obscurantismo. Batemo-nos pelos portugueses e contra os que os oprimem. E fazêmo-lo ilpudamente, colocando-nos no posto que é só de interesses espirituais — no lugar que se abre para o futuro, para o Portugal de amanhã, livre, digno e consciente da sua força e da sua razão de existir como País soberano.

# A "ordem" Salazarista e uma advertência tardia

SANTANA MOTA

O maior equívoco destes trinta anos de regime salazarista está em os seus adeptos se haverem persuadido de que a "ordem" por ele estabelecida deve Portugal a relativa imunização aos extremismos da esquerda. Para essa gente, a circunstância de uma coisa se não mostrar ostensivamente, basta já, de certo modo, para a convencer de que ela não existe. As únicas excepções que ela parece abrir nesse capítulo são os milagres da Senhora de Fátima e o "gênio" financeiro do seu chefe. Tudo o mais, precisa de apalpar para acreditar.

Pois nós, que vivemos longe, não precisamos de ver nem de apalpar para garantir, com toda a segurança, que nenhuma "ordem" poderia ser tão propícia à infiltração dos extremismos da esquerda como a que Salazar e companhia instituíram em Portugal. E querem saber por quê? Porque está sobejamente demonstrado pela experiência que a profliferação dessas doutrinas dá-se, precisamente, onde elas não encontram controvérsia aberta e franca. A "ordem" estabelecida pelo regime salazarista foi exclusivamente nociva aos ideais democráticos, uma vez que os privados da atmosfera de liberdade fora da qual eles se estiolam e de finham. Salazar e os seus assessores foram de uma burrice tremenda atribuindo eficiência de policiamento ideológico ao seu sistema de censura, de proibição partidária e fajeamento da PIDE. Com esse trio inquisitorial e reacionário, destruíram o único meio capaz de se opor, pelo simples esclarecimento, ao enraizamento de doutrinas que o povo aceita sem discussão nem exame.

Se não nos falha a memória, foi Carlos Babo quem, num jornal ou revista lisboeta, escreveu de certa feita um artigo no qual estabelecia um paralelo entre os efeitos da luz e da liberdade na ação dos malfetores. Recordava, a propósito, certo episódio que se dera entre um abastado lavrador do Norte e a quadrilha do Zé do Telhado. Este mandara avisar o lavrador de que, a determinada hora da noite do mesmo dia, o iria visitar com a quadrilha. Longe da cidade, sem comunicações nem meios de transporte rápido, era impossível ao lavrador recorrer à proteção dos poderes públicos. Todavia, não perdeu a calma. Mandou que se abrissem todas as janelas e que se iluminassem todos os aposentos com todos os lumes disponíveis. A casa, no isolamento e escuridão da noite, ganhou um ar de festa e alegria. E à hora aprazada da visita, quando o bandido e a comitiva avistaram de longe a casa iluminada, experimentaram o sentimento de repulsa e de terror que a luz inspira sempre às toupeiras, aos cobardes e aos bandidos. Não prossequi-

# Lição de portuguesismo

Não é, infelizmente, muito freqüente, a vinda ao Brasil, e muito em especial a São Paulo, de intelectuais que sejam expressões autênticas da cultura portuguesa. Acontece, no entanto, que, no breve espaço de um mês, a capital bandeirante recebeu a visita de duas figuras que representam dignamente os novos rumos da literatura e da música em Portugal. Referimo-nos, é evidente, a Urbano Tavares Rodrigues e a Fernando Lopes Graça, convidados um pela Universidade de São Paulo e o outro pelo Ministério de Educação e Cultura. O primeiro é um dos mais talentosos e o mais europeu dos escritores da nova geração; o outro é, sem dúvida, o maior musicólogo português contemporâneo. As conferências e os recitais de ambos constituiram, como era de esperar, acontecimentos marcantes na vida cultural paulista. Não cabe aqui fazer a sua apreciação crítica. Queremos, tão só, chamar a atenção para um fato que muita gente de resto notou. A maioria, para não dizermos a quase totalidade da classe dos comendadores, que na sua ridícula ânsia de importância não perde oportunidade de comparecer em massa sempre que qualquer mediocre chega até nós, enviado pelo Estado Novo, não assistiu a nenhuma das citadas manifestações culturais. Pouco interessa a esses senhores — ressaltamos três ou quatro excepções honrosas — o valor real de Urbano Tavares Rodrigues ou de Fernando Lopes Graça. Inteligência, brilho, erudição, talento são qualidades que nada lhes dizem. Sabiam que tanto o jovem novelista como o consagrado musicólogo não são "personas gratas" à ditadura salazarista. Essa a explicação da sua ausência.

Nem ao menos lhes serviu de exemplo a atitude digna do cônsul de Portugal que prestou com a sua presença as solenidades em questão. O contraste é chocante. De um lado, a covardia mesquinha dos que não se cansam de entoar louvores à Pátria mas falham nas raras ocasiões em que poderiam provar esse acrisolado amor que tanto proclamam. Do outro, um alto funcionário que soube ver em Urbano Tavares Rodrigues e em Fernando Lopes Graça apenas dois embaixadores da cultura portuguesa, dois homens que só podem presiliçar o nome lusitano no estrangeiro.

Não era a política que estava em causa, srs. comendadores, era a cultura, era Portugal!

ram. Por trás daquela luz, de certo, havia festa, alegria rumorosa e gente de alma levada e pronta para o riso ou para a luta. E aí está como uns pequeninos bolões de luz bastaram para afugentar a violência e o crime.

Pois foi essa luz que Salazar apagou em Portugal, erradamente persuadido de ter na polícia e na censura uma vigilância infinitamente maior. Se dermos a esse extremismo da esquerda o nome que efetivamente lhe cabe, que é o de "totalitarismo vermelho", havemos de convir que o apagamento dessa luz concorreu à maravilha para ele se insinuar, pela calada e pelo escuro, por todos os interstícios da miséria e da revolta da gente portuguesa. E como podia deixar de ser assim? Entre dois sistemas totalitários, onde há povo na terra que despreze o que lhe promete maiores vantagens materiais? Porventura o sr. Oliveira Salazar se interessou em esclarecer, ou permitiu que se esclarecessem os portugueses sobre uma terceira solução? Não. — S. exa. foi o primeiro a apostolizar o princípio de que na liberdade democrática o povo só poderia achar desorganização e miséria. Como nunca admitiu que o contradissem livremente, o povo acabou por acreditar. Depois, como ao cabo de trinta anos o totalitarismo de s. exa. nenhuns benefícios lhe trouxe; e como s. exa. lhe afirmava que também na liberdade os não poderia lograr; o povo, que não é tolo nem se conforma a apodrecer na penúria sem buscar salvação onde ela exista, achou de bom aviso experimentar o totalitarismo oposto e entrou de dar ouvidos aos que lho pintam como um paraíso na terra. Estará o povo enganado? — É possível. Mas não é o sr. Oliveira Salazar e os do seu grupo que têm autoridade moral para lho dizer.

Nós sabemos que o povo, na sua maneira primária de encarar os problemas, vê no totalitarismo da esquerda a inversão pura e simples do totalitarismo da direita. Neste, o sistema consiste, para ele, no domínio e exploração dos milhões de trabalhadores das fábricas e dos campos por uma centena de indivíduos que detêm as rédeas

do poder e da riqueza; naquele, como antítese deste, o sistema tem de consistir, necessariamente, no domínio e exploração da centena que ora detem a riqueza e o mando, pelos milhões que hoje se esfaçam a trabalhar e a obedecer. Em vez da ditadura de cima para baixo, seria a ditadura de baixo para cima. E esta perspectiva, ingênua e falsa, que essencialmente concorre para aliciar aos extremismos da esquerda a maioria das massas populares. Mas quem as pode condenar por isso? Quem é que em Portugal se preocupou, nestes trinta anos, em fazer-lhes raciocinar de outra maneira? Não é um tanto cômico pretender-se que o povo tenha a subtileza dialéctica indispensável à destruição de dois sistemas totalitários que se confundem no mesmo horror à liberdade e no mesmo desprezo plea pessoa humana? Se o povo tem necessariamente de ser escravo, não é mil vezes preferível tê-lo num sistema que lhe garanta o pão, do que num outro onde esse pão lhe falta? Antes de sermos homens, somos bichos; e antes das necessidades espirituais impõem-se, inelutáveis e fatais, as necessidades fisiológicas. De resto, a que necessidades espirituais o sr. Salazar tem atendido? Não as tem s. exa. sacrificado do mesmo modo, como processo de defesa das vantagens materiais que o seu governo garante à oligarquia que o apoia? Se são as vantagens materiais que mais o preocupam; se é na defesa delas que organizou a censura, a polícia e quantos outros métodos de perseguição e terror, como pode pretender que o povo descure as dele e se atenha à abstração de filosofias que ignora ou lhe não quadram?

O que a "ordem" salazarista representa de falso e de nocivo para a segurança e para o futuro da nacionalidade portuguesa, di-lo a carta do sr. bispo do Porto ao chefe do governo lusitano. É uma advertência tardia, mas é uma advertência. Do que estamos sinceramente convencidos é que nem ela já tem forças para deter a catástrofe que o "pupilo da Igreja" preparou.

### DEMOCRACIA ESPANHOLA

Leia "Democracia Española", órgão dos anti-franquistas do Brasil. Na hora que se aproxima, os democratas portugueses e espanhóis devem estar unidos para bem de ambas as Pátrias.